



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – CENTRO DE ARTES,
HUMANIDADES E LETRAS**

COLEGIADO DE SERVIÇO SOCIAL

ZILMA DOS REIS MENDES

**A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA ADOLESCENTES E SUAS
REPERCUSSÕES NA SOCIABILIDADE E NA VIDA ACADÊMICA DOS
ESTUDANTES DO IFBA SANTO AMARO**

Cachoeira, BA, 2012



ZILMA DOS REIS MENDES

**A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA ADOLESCENTES E SUAS
REPERCUSSÕES NA SOCIABILIDADE E NA VIDA ACADÊMICA DOS
ESTUDANTES DO IFBA SANTO AMARO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado,
ao Curso de Serviço Social da Universidade
Federal do Recôncavo da Bahia, como
requisito para obtenção do título de Bacharel
em Serviço Social, orientado pela Professora
Mestra Simone Brandão Souza.

Cachoeira, BA, 2012

M538

Mendes, Zilma dos Reis.

A violência doméstica contra adolescentes e suas repercussões na sociabilidade e na vida acadêmica dos estudantes do IFBA Santo Amaro / Zilma dos Reis Mendes._ Cachoeira, BA, 2012.

82f.; il.

Orientadora: Simone Brandão Souza.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras.

1.Violência familiar. 2.Adolescentes e violência. I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras. II. Título.

CDD: 361

ZILMA DOS REIS MENDES

**A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA ADOLESCENTES E SUAS
REPERCUSSÕES NA SOCIABILIDADE E NA VIDA ACADÊMICA DOS
ESTUDANTES DO IFBA SANTO AMARO**

Aprovada em _____ / _____ / _____

Banca Examinadora

Simone Brandão Souza

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Valéria Noronha

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Georgina Gonçalves

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Às estudantes bolsistas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Santo Amaro, que participaram desta pesquisa, verdadeiras guerreiras que merecem muito respeito!

AGRADECIMENTOS

É o momento de agradecer por toda força e incentivo que me foram presenteados e agradeço imensamente:

À Deus, por me permitir a vida, a sabedoria e a energia que se faz presente em mim.

À Universidade Federal do Recôncavo da Bahia por todas as oportunidades disponibilizadas.

Aos mestres, que me mostraram os caminhos me possibilitando escolher o que considero melhor para seguir. Em especial à orientadora Professora, Simone Brandão Souza, pelo trabalho minucioso de orientação e construção deste aprendizado, pelas orientações, pelas conversas pelo exemplo de competência profissional.

Às minhas supervisoras de campo de estágio curricular, Eliana Nascimento e Heide Damasceno por terem compartilhado seus conhecimentos e experiência profissional, aos membros da COTEP e aos funcionários do IFBA pelo apoio e acolhida.

A todos os professores (as) que fizeram parte da minha trajetória escolar para que eu chegasse até aqui.

À minha amada mãe, por ter sido pai e mãe ao mesmo tempo para mim, sem deixar de lado o carinho de mãe.

Ao meu marido e minha filha por terem suportado e respeitado as minhas necessidades neste período. Minha sogra e em especial a minha sobrinha, Marlene Lima por ter incentivado a fazer este curso e a Eneida, a irmã que sempre esteve ao meu lado.

Ao meu amigo Wellington por ter escutado as minhas certezas, incertezas, alegrias, histórias e relatos, obrigada pela colaboração e atenção e também pelo material compartilhado. Aos amigos (a) que sempre acreditaram no meu potencial e estiveram sempre ao meu lado a todas as pessoas que fizeram parte desta caminhada, meus verdadeiros tesouros, meu muito obrigada!!!

“Meu pai tem a mente fechada ele quer falar e não quer ouvir...eu geralmente respondo. Meu pai é violento com todo mundo. As agressões verbais ocorrem todos os dias, mas também tem a agressão física. Agride a mim, minha mãe, meu irmão. Em uma discussão ele torceu meu braço me deu vários tapas ...ai fugi de casa[...] Mesmo se eu não fosse agredida verbalmente e fisicamente pelo meu pai o fato de ver minha mãe ser agredida iria interferir na minha vida acadêmica porque eu sempre reajo às agressões dele contra ela, eu sempre reajo, então acho que interfere duas vezes por mim e por ela”.(Monique,20 anos).

Resumo

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a violência doméstica contra adolescentes e suas repercussões na sociabilidade e na vida acadêmica dos estudantes do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBA, *campus* Santo Amaro. Para realizar este estudo fez-se necessário resgatar a construção histórica da infância, da juventude e da família. Neste percurso, pode-se perceber o quanto crianças e jovens tiveram seus direitos negados por muitos anos, só passando a ser reconhecidos como sujeitos de direitos, de fato, a partir da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Realizou-se ainda uma discussão conceitual sobre violência e violência doméstica, além de apresentar o sistema de garantia de direitos no enfrentamento à violência doméstica. A pesquisa, do tipo qualitativa, utilizou o método dialético do materialismo histórico e no processo investigativo foram realizadas entrevistas semi estruturadas com as estudantes inscritas no Programa de Assistência e Apoio ao Educando 2011 – PAAE que foram vítimas de violência doméstica, praticada por pais ou responsáveis. A partir da análise dos discursos das adolescentes pesquisadas foi possível conhecer seu entendimento sobre violência e as consequências da mesma em suas vidas acadêmica e social, mas também concluir a partir de suas falas que os seus direitos, previstos no ECA, são violados no ambiente privado e público e que o sistema de garantia de direitos também se apresenta muitas vezes como violador, em especial quando é omissivo ou quando não é efetivo na prevenção e enfrentamento dessa violência. Neste caso, partindo-se do pressuposto que a violência praticada contra os jovens no âmbito familiar, se expressa sobre um pano de fundo que é a violência estrutural, concluímos que um dos caminhos possíveis para combater a violência doméstica é a participação ativa da sociedade de forma geral. Para isso não é necessário criar novas leis, mas sim fiscalizar e efetivar as que já existem.

Palavras- chave: Violência doméstica, Vida Acadêmica, Sociabilidade.

Abstract

This research aims to study domestic violence against adolescents and their impact on sociability and academic life of the students of the Institute of Education, Science and Technology of Bahia - IFBA, campus Santo Amaro. To conduct this study it was necessary to rescue the historical construction of childhood, youth and family. In this way, one can see how children and young people had their rights denied for many years, only starting to be recognized as subjects of rights, in fact, from the implementation of the Statute of Children and Adolescents. Still held a conceptual discussion on violence and domestic violence, in addition to presenting the system of guaranteeing rights in dealing with domestic violence. The research, a qualitative, used the dialectical method of historical materialism and the investigative process semi-structured interviews were conducted with students enrolled in the Program of Assistance and Support Raising 2011 - SAAP who were victims of domestic violence perpetrated by parents or guardians . From the analysis of those teens surveyed was possible to know their understanding of violence and the consequences of it on their academic and social lives, but also conclude from their statements that their rights under the ECA, are violated in private and public and that the system of guaranteed rights also appears often as a rapist, especially when it fails or when it is not effective in preventing such violence and confrontation. In this case, starting from the assumption that violence against young people in the family, is expressed on a background that is structural violence, we conclude that one of the possible ways to combat domestic violence is the active participation of society Generally. For it is not necessary to create new laws but enforce and implement existing ones.

Keywords: Domestic Violence, Academic Life, Sociability.

Sumário

Introdução.....	9
Capítulo 1	13
1 - Infância e Adolescência/ Juventude, um breve Histórico	14
1.1A família como locus de socialização e violência contra crianças e adolescentes	25
Capítulo 2	34
2 - Conceituando a Violência	35
2.1 - Violência doméstica contra adolescentes.....	39
2.2 - O sistema de garantia de direitos no enfrentamento da violência doméstica.....	44
Capítulo 3	49
3 - Princípios Metodológicos	50
Capítulo 4	55
4 - A violência doméstica descortinada por estudantes do IFBA: Análise dos discursos	56
4.1 – Breve perfil da população pesquisada	56
4.2 – Da violência e do agressor.....	57
4.3 - O início da violência	59
4.4 Outras vítimas de violência na família	60
4.5 O Olhar das entrevistadas sobre a violência sofrida.....	61
4.6 - Consequências da violência na sociabilidade.....	63
4.7 - Consequência na vida escolar	66
4.8 - Estruturação da vida após a violência	68
4.9 - Conhecimento sobre as redes de proteção	70
4.10 - Importância da escola para superação da violência doméstica	72
Considerações Finais.....	73
Referências Bibliográficas:	76

Introdução

A violência em todas as suas manifestações é um problema social que afeta a todos os segmentos. A violência doméstica, compreendida como um fenômeno que ocorre entre os parceiros íntimos e entre os membros da família, principalmente no ambiente da casa, mas não unicamente, inclui as várias formas de agressão contra crianças e jovens, contra a mulher ou homem e contra idosos, no âmbito doméstico. Considera-se que a violência intrafamiliar é em geral, uma forma de comunicação entre as pessoas e, quando numa família se detecta um tipo de abuso, com frequência, ali existe uma inter-relação que expressa várias formas de violência (MINAYO 2006, p.80 apud MONTEIRO, p.482).

Neste sentido, a violência doméstica pode ser potencializada por diversos fatores de ordem social / cultural como o desemprego a exclusão social, o consumo e o tráfico de drogas, o alcoolismo entre outros. Esta modalidade de violência se manifesta de variadas formas, ou seja, por espancamento ou abuso sexual, pela omissão e também através de agressões verbais e psicológicas. Dessa forma, afeta as suas vítimas não só fisicamente, mas também emocionalmente. Os adolescentes e os jovens se constituem numa parcela significativa que é atingida por este fenômeno.

Este tipo de violência é de difícil detecção por ocorrer no ambiente privado e conta com um aliado fiel que é o silêncio das vítimas, dessa forma pode comprometer toda a vida das vítimas, sendo muitas destas jovens em idade escolar, que têm suas vidas acadêmicas também afetadas por este fenômeno. Entretanto esse fenômeno é, na maioria das vezes, invisível para a escola, ou seja, a situação de violência doméstica traz consequências para os jovens que raramente são percebidas no ambiente escolar. É preciso, portanto um olhar atento para atitudes e comportamentos diferentes dos estudantes, pois estes podem ser reflexos da violência doméstica. “Quando não se é visto e se vê, o mundo oferece o horizonte, mas furta a presença verdadeira que depende da intenção, da troca, do reconhecimento, da relação humana. [...] Não ser visto significa não participar não fazer parte, estar fora, tornar-se estranho” (SOARES, p.167, 2005).

Conforme Soares (2005) o sujeito quando vive o ato de não ser visto desenvolve um sentimento doloroso do não pertencimento este “sentimento é introduzido nas pessoas tanto

na infância quanto na adolescência nas diversas instituições sociais como a escola e a família”. Isto é, o sujeito ao ser invisibilizado sente-se exilado.

A partir do conceito de invisibilidade podemos relacionar o fenômeno da violência doméstica refletido no âmbito escolar, onde não só a violência doméstica é invisível, mas também o adolescente vítima dessa violência.

Ainda de acordo com Soares (2005, p.171) nosso olhar é educado a partir do conjunto de imagens que selecionamos como importantes. Aquilo que cada um seleciona e recorta na memória e reorganiza em uma imagem final depende de muitos fatores, ou seja, pessoas diferentes como o cidadão que caminha pelas ruas, o camelô e o policial veem a mesma realidade com olhos distintos e diferentes focos de atenção, “o que produz imagens diversas, às vezes conflitantes entre si”. É importante lembrarmos que o que muda nesse caso não são os olhares, mas sim as relações que se estabelecem entre quem olha e quem é olhado.

É a partir dessa lógica de invisibilidade não só da violência doméstica, mas também dos jovens e adolescentes vítimas dessa violência, que equivocadamente são estigmatizados pela comunidade escolar como violentos, problemáticos ou mesmo introvertidos, quando na verdade tais comportamentos são repercussões da violência na própria sociabilidade. Neste caso a invisibilidade é gerada pelo preconceito, indiferença, despreparo ou mesmo inabilidade para lidar com tais questões. É importante ressaltar que uma das formas de tornar alguém invisível é projetar sobre ele ou ela um estigma.

Toda essa reflexão foi construída a partir de minha inserção como estagiária de Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA ao me deparar com casos de estudantes vítimas de violência doméstica, o que me instigou a investigar a temática de forma mais aprofundada, na referida instituição.

Assim, este estudo teve como finalidade pesquisar de que maneira o fenômeno da violência doméstica repercute na vida acadêmica e na sociabilidade dos estudantes contemplados pela Assistência Estudantil e incluídos no programa de Apoio ao estudante 2011 (PAAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, *campus Santo Amaro*.

Para realizar o estudo proposto procuramos nos debruçar sobre a construção dos conceitos de infância, adolescência e família, além de nos apropriarmos do debate sobre os diversos tipos de violência e o sistema de garantias de direitos.

A pesquisa, que é do tipo qualitativa, utilizou o método dialético do materialismo histórico e adotou como instrumental para a coleta de dados a entrevista semi-estruturada. Foram entrevistadas cinco jovens entre 16 a 20 anos de idade, inscritas no (PAAE) 2011¹, que vivenciaram ou sofreram violência doméstica. Garantiu-se o anonimato nas entrevistas utilizando-se nomes fictícios.

Para análise dos dados, utilizou-se como metodologia a análise de discurso, a partir do estudo de determinadas categorias e seus significados, presentes nos discursos das entrevistadas. De acordo com Fernandes (2007,P.21) analisar o discurso implica interpretar os sujeitos falando, tendo a produção de sentidos como parte de suas atividades sociais. “A ideologia se materializa no discurso que por sua vez, é materializado pela linguagem” [...]. Entendemos que esta técnica para análise de dados é bastante coerente com o método adotado pela pesquisa, posto que é através da história que se percebe a produção do discurso, que por sua vez, sempre aparece como legitimador de determinado fato histórico.

Portanto esta pesquisa buscou através do método dialético a compreensão do fenômeno da violência contra jovens numa perspectiva crítica e reflexiva da realidade destas adolescentes, considerando que a realidade social é construída historicamente.

O presente estudo está estruturado em quatro capítulos. No primeiro capítulo, aborda-se, inicialmente a origem do conceito de infância tendo como foco a história do seu surgimento por volta do século XVII até a contemporaneidade, entendendo-a como uma construção social. Na sequência, apresenta-se abordamos a categoria adolescência/juventude, e posteriormente o conceito de família que consideramos ser o lócus primeiro de socialização, mas também espaço onde a violência pode se desenvolver, relacionamos, ainda no primeiro capítulo, a discussão de infância com a categoria família, que compreendemos também ser construída historicamente.

No segundo capítulo buscamos trazer uma discussão conceitual da violência, a partir da concepção de autores como: Minayo, Arendt e Odalia. Assim realizamos também uma reflexão acerca da violência estrutural, relacionando-a com a violência doméstica praticada contra jovens no ambiente familiar. Abordamos em seguida o sistema de garantia de direitos enquanto possibilidade de enfrentamento dessa violência doméstica.

¹ O PAE 2011 contou com 101 estudantes inscritos e aproximadamente 90 deles vivenciaram conflitos familiares violentos e nove deles tem histórico de violência doméstica.

No terceiro capítulo abordamos os passos metodológicos seguidos pela pesquisa, relatando além do método e técnicas empregadas, o trabalho de campo, realizado na investigação.

No quarto capítulo apresentamos os resultados da pesquisa a partir da análise das entrevistas com as jovens alunas do IFBA, que expressam seu entendimento sobre violência e as consequências da mesma em suas vidas acadêmica e social.

Capítulo 1

1 - Infância e Adolescência/ Juventude, um breve Histórico

Pode-se afirmar que preocupações com a infância só surgiram por volta do século XIX, não só no Brasil como em outros lugares do mundo de acordo com análises existentes sobre a história da infância. Esta ausência de preocupação se expressava em diversas searas da vida, inclusive na arte como afirma Philippe Ariès (1978, p.17)

Até por volta do Século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou a falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância neste mundo.

A infância é um fenômeno construído historicamente e não pode ser compreendido sem levarmos em consideração as diversas transformações pelas quais a sociedade vem sofrendo ao longo da história, transformações essas de origem econômica, social e cultural as quais afetam diretamente as famílias e neste caso as crianças, pois as mesmas têm essa instituição como locus primeiro de sua socialização.

Ainda de acordo com Ariès (1978) o termo primeira infância só ganha relevância a partir do século XVII. É simbólico, a exemplo da pintura e da fotografia, que, nesse período, as crianças passassem a ser retratadas por essas artes, demonstrando algum ganho de espaço no seio da família, saindo, em alguma medida, da situação de invisibilidade em que se encontravam relegadas, até então.

As más condições sanitárias da época e a conseqüente mortalidade infantil acabavam por banalizar a morte de crianças, o que talvez também justificasse a falta de atenção e desapego às mesmas. Nesse sentido, os adultos procuravam não se vincular tanto às crianças, já que sua morte prematura era algo comum, e paralelo a isso a taxa de natalidade era alta, o que favorecia a “substituição” de uma criança por outra.

Ariès (1973 apud Nascimento; Brancher, Oliveira, 2008, p.6) afirma ainda que, “a vida era relativamente igual para todas as idades, ou seja, não havia muitos estágios e os que existiam não eram tão claramente demarcados”. Isso porque as crianças não eram reconhecidas em sua particularidade, não havia uma distinção devidamente marcada entre ser adulto e ser criança, a ponto de compreenderem as crianças como adultos pequenos, fato

também reproduzido nas artes da época quando as crianças eram retratadas com características adultas, mas em tamanho reduzido.

Neste período não havia também distinção entre ser bebê, criança, ou adolescente, a divisão de tais fases não existiam, as pessoas eram consideradas crianças até os sete anos e a partir daí “tornavam-se adultos”.

Isso significa que as idades não correspondiam unicamente às etapas biológicas da vida, mas também às funções sociais dos indivíduos que vão adquirindo outros formatos à medida que a sociedade e suas relações também se transformam. A este respeito Ariès (1978), afirma que as crianças não tinham nenhum tipo de querer e estavam sempre submetidas a situações de violência impostas pelos mais velhos. O período da infância era restrito e sua inserção por volta dos sete anos no mundo dos adultos marcava, de alguma forma o fim desse período.

Neste caso as crianças passavam a participar de todas as atividades desenvolvidas pelos adultos, atividades domésticas, os trabalhos, e as festas. Assim adultos e crianças compartilhavam as mesmas experiências, o que colocava as crianças em situação de vulnerabilidade e até mesmo violência, não existindo um sentimento de infância onde as crianças se distinguissem mais dos adultos e fossem protegidas.

É somente no século XVII que “as idades da vida passam a ter importância”. Durante a idade média, de acordo com análise de teóricos da área, existiram seis etapas da vida. As três primeiras, compreendidas entre o nascimento até os sete anos. A segunda idade abrangia dos sete aos quatorze anos, e por fim a terceira idade que é chamada de adolescência e iria dos quatorze até os 21 anos.

Estas seriam as etapas não valorizadas pela sociedade, pois somente a partir da quarta idade, a juventude, a qual duraria até os quarenta e cinco anos, as pessoas começavam a ser reconhecidas socialmente. Tais etapas alimentavam, desde esta época, a idéia de uma vida dividida em fases com relevâncias diferenciadas (Áries, 1978, p.6 -7)

Pode-se afirmar, portanto que até esse período não havia a concepção de infância. Esta categoria era entendida numa perspectiva de dependência restrita, ou seja, enquanto os pequenos necessitavam dos cuidados para sobreviverem eram considerados crianças, mas, assim que podiam realizar algumas tarefas sozinhas passavam bruscamente para o mundo dos adultos.

Esta submissão das crianças às tarefas próprias de adultos configurava-se como um ato de violência já que ainda não possuíam capacidade física e mental para compreender o agir do mundo dos adultos. Naquele momento, contudo não havia este entendimento e esse era um procedimento considerado absolutamente normal para a época.

As crianças foram assim, durante muito tempo, alvo de violência e tratadas como seres sem alma. A este respeito Ariès (1978, p.22) afirma que “A criança era tão insignificante, tão mal entrada na vida, que não se temia que após sua morte ela voltasse para importunar os vivos”. Por isso durante muito tempo conservou-se nos países Bascos o costume de enterrar no quintal das residências os corpos das crianças pagãs.

Um outro olhar sobre as crianças começa a tomar forma ainda na idade média, o que traz uma nova maneira de se perceber as crianças no seio da família, ou seja, elas deixaram de ser vistas apenas como ser biológico no momento que se percebeu que estas necessitavam de muitos cuidados e também de uma disciplina rígida para chegarem a vida adulta socialmente aceitos.

A mudança de atitude com relação à criança, no sentido de considerá-la em sua singularidade ocorre simultaneamente com as mudanças culturais associadas à emergência de uma vida urbana mais intensa no decorrer de um longo período de tempo que tem início no século XV. (SZYMANSKI, 2005, p.53)

A primeira concepção de infância só vai surgir então no século XVII, nas classes dominantes. Tal construção foi possível a partir do reconhecimento que os adultos tiveram de que as crianças dependiam deles, nascendo desta forma a idéia que vigora até hoje da proteção à infância. É daí que surgem as noções de proteção à esta fase da vida e também da família como instituição capaz de fornecer não só esta cobertura mas ser ainda a responsável pela socialização das suas crianças.

LEVIN, 1997 Apud Nascimento; Brancher, Oliveira, (2008 p.7) afirma que:

A palavra infância passou a designar a primeira idade da vida: a idade da necessidade de proteção, que perdura até os dias de hoje. Pode-se perceber, portanto que até o século XVII, a ciência desconhecia a infância. Isto porquê, não havia lugar para as crianças nesta sociedade.

Apesar do reconhecimento tardio da infância como uma fase que necessita de proteção, a escola como instituição de educação e formação da juventude se estabelece a partir do século XV, e sobretudo, nos séculos XVI e XVII. No entanto à época ainda não havia uma separação entre as idades, e a escola acolhia da mesma forma jovens, adultos e crianças, pois era uma escola técnica destinada à formação dos clérigos, e portanto não era uma escola voltada para a educação infantil.

É importante ressaltar que a disciplina escolar originou-se da disciplina eclesiástica ou religiosa neste sentido Ariès (1978, p.127) afirma que a diferença entre a escola da idade média e o colégio dos tempos modernos reside na introdução da disciplina, submetendo o aluno a um controle cada vez mais rígido.

Percebe-se, portanto que a partir do século XV surge um sistema disciplinar rígido com a infância e as escolas passam a ter uma vigilância constante além de aplicar castigos físicos nas crianças com o objetivo de educá-las. Assim podemos destacar dois fenômenos do caráter educacional do Século XV ao XVII: o caráter humilhante da disciplina e aplicação da violência física através do chicote, da palmatória entre outros.

No fim do século XVIII, o ciclo escolar era bastante semelhante ao do século XIX: quatro ou cinco anos no mínimo. A criança, enquanto durava sua escolaridade, era submetida a uma disciplina cada vez mais rigorosa e efetiva, e essa disciplina separava a criança que a suportava da liberdade do adulto. Assim, a infância era prolongada até quase toda a duração do ciclo escolar. (Ariès, 1978, p.126).

Vale salientar que as mudanças mencionadas acima não se aplicavam para todas as classes sociais, ou seja, só tinha acesso a tal educação as crianças e adolescentes das famílias burguesas. Além disso, havia uma questão de cunho sexista, ou seja, a educação foi direcionada para as crianças do sexo masculino enquanto as do sexo feminino foram excluídas deste processo, independente da situação econômica.

Percebemos então que do século XVII aproximadamente, até o século XIX a infância não era reconhecida como uma fase relevante da vida dos indivíduos, isso porque não havia preocupação com as particularidades desta categoria, tudo era pensado a partir do que seria relevante para o adulto e não das necessidades e responsabilidades postas pela infância.

O século XIX foi marcado por diversas transformações políticas, culturais, sociais e econômicas. É neste período que se consolidou a expansão do capitalismo, também em alguns países conhecidos como periféricos como foi o caso do Brasil.

Com essa nova conjuntura social começam a ocorrer mudanças no entendimento da infância, despertando a percepção da necessidade de proteção pela família. Essa ideia surge no momento em que a primeira infância perde seu caráter ambíguo, isto é, essa parcela da população passa a ser entendida em suas particularidades neste caso o Estado passa a intervir no cotidiano das famílias, a partir da concepção da medicina, objetivando a prevenção da infância numa noção higienizadora.

As mudanças com relação ao entendimento da infância não foram muitas no caso do Brasil, isso porque, o país se emancipou politicamente, mas continuou com o sistema monocultor - escravista – exportador. Essa característica de sociedade escravista fez com que a concepção de infância não avançasse muito em relação aos séculos XVI e XVII, além de se negar a condição de infância para as crianças negras, transformando-as em mão de obra. Esta concepção racista criou infâncias diferenciadas para crianças brancas e crianças negras. Se as primeiras já começavam a ter alguma forma de preocupação, estas últimas tinham a infância de fato negada.

Na segunda metade do século XIX as crianças e os adolescentes na Europa encontravam-se inseridas no processo de produção das fabricas em situação de exploração da força de trabalho, recebendo remunerações irrisórias e muita das vezes sem retribuição pelo trabalho. Apesar da utilização da mão de obra infantil no meio fabril, houve algumas modificações no conceito de infância, no período, em função da evolução de novos saberes científicos a exemplos da área médica, pedagógica, e psicologia entre outras.

De acordo com Ariés (1981) começa a surgir um novo sentimento de infância, despertando no adulto a responsabilidade com as crianças, o sentido de sua dignidade, o que lhes exigia novos cuidados específicos com a infância. A sociedade passa, também a entender que as crianças poderiam ser moldadas dentro dos padrões sociais, para tanto utilizava, como dito anteriormente, a educação rígida, seguindo o modelo burguês, objetivando manter a ordem capitalista.

Ariès (1981) sinaliza que neste período criou-se uma divisão etária na infância que denominava como bebês aqueles que possuíam entre zero e três anos e crianças aquelas que tinham acima de três até doze anos.

Porém, o que se conhece por adolescência não existiu naquele período e só veio a ser construído socialmente no século XX, daí a confusão entre infância e juventude permanecer até o século XIX.” (ARIÈS, 1981, P.267 apud Santos, 2007, P. 229).

Podemos perceber que o conceito de infância no século XX, assim como nos séculos anteriores, sofreu influências sociais políticas e econômicas, vale a pena apenas destacar que naquele momento o Brasil vivenciava o processo de expansão do capitalismo e tanto as crianças quanto os adolescentes eram fundamentais na reprodução do capital, para tanto eram inseridos no processo de trabalho prematuramente. Compreende-se, portanto que a maneira como a infância é percebida hoje é o resultado de um processo de construção social.

É importante lembrarmos que a evolução da sociedade brasileira com relação às áreas médica, psicológica e pedagógica também contribuíram para a construção de um entendimento da infância sob nova perspectiva. Sobre isso Rago (1997 apud Santos 2007, p.23) afirma que a lógica da higienização proposta pela medicina, ao intervir no cotidiano das famílias buscando a preservação da infância, contribuiu para a expansão do capital já que buscava, através da promoção da saúde na infância, a garantia de potencial força de trabalho para a reprodução capitalista.

Nesta perspectiva o Estado Brasileiro passou a interferir na dinâmica familiar com o objetivo de diminuir a mortalidade infantil já que esta população favoreceria a reprodução do capital. Neste momento criam-se políticas de combate a algumas doenças infecto contagiosas e o Estado inicia uma etapa de vacinação para as crianças, filhos de operários, que naquela época moravam em cortiços.

Todas essas transformações sociais, ocorridas ao longo dos séculos influenciaram as mudanças na concepção de infância, que enquanto construção social também teve a contribuição da escola na conformação e reformulação não só da concepção, mas também no trato dessa mesma infância.

Se do século XV ao XVII a educação de crianças era pautada no castigo, e entre os séculos XVIII e XIX no rigor disciplinar, na sociedade contemporânea a escolarização se modifica, juntamente com o entendimento da infância e obedece a uma divisão das faixas etárias bem demarcadas (crianças adolescentes, adultos jovens), estabelecendo espaços e metodologias diferenciadas de ensino. Outros setores também direcionaram e especializaram seus saberes para as diferentes faixas etárias, como é o caso da medicina com várias especialidades voltadas para a infância, a saber, a puericultura e a pediatria.

Essa nova concepção da infância coloca esse segmento da população como alvo de políticas públicas, sendo responsabilidades tanto da família quanto do Estado cuidar do seu desenvolvimento biopsicossocial.

No caso brasileiro ao longo de nossa história constituiu-se uma noção de cidadania da infância baseada na desigualdade advinda de uma sociedade escravista. Nela as crianças negras, indígenas e brancas abandonadas tinham a condição de infância negada. Isto é, estas crianças não tinham acesso às condições materiais e sociais que garantissem a sua existência portanto tinham seus direitos negados além de servirem de mão de obra para a manutenção econômica do país, assim a infância foi percebida de forma diferenciada a depender da classe social e à raça/etnia a qual ela pertencesse.

Foi por volta do século XVII que as crianças saíram do mundo dos adultos, não sendo mais educadas diretamente por ele, e passaram a frequentar a escola. Este fato contribuiu para demarcar etapas da vida e assim estabeleceu a compreensão dos limites etários ou, seja passou-se a compreender que existiam etapas intermediárias entre a infância e o mundo adulto.

Essa nova consideração das fases da vida em divisões etárias também reconhece a importância de um olhar sobre os adolescentes/ jovens, categoria inclusive pouco trabalhada nas ciências, e que falaremos mais à frente.

Nesta perspectiva de divisão etária, a sociedade ao longo do tempo também se modifica e surgem novas demandas sociais, culturais e políticas que exige uma nova maneira de perceber tais categorias, principalmente pelas mudanças no mundo do trabalho com a industrialização. Surge assim a necessidade de criar Leis e políticas que garantissem o direito a cidadania das crianças e dos adolescentes.

O Estado brasileiro no século XX encontrava-se num período de efervescência de expansão do capitalismo, diante desta realidade a burguesia passou a se incomodar com a situação de criança e adolescentes e criou-se o código de menores em 1927. Pois reconheceram que era possível moldar as crianças e os adolescentes pobres e abandonados que até então se encontravam excluídas de acordo com os padrões sociais da época.

Este código foi a primeira Lei específica para crianças e adolescentes sendo na verdade uma estratégia do governo para retirar dos espaços públicos os menores indesejáveis, ou seja, foi um projeto de higienização focalizado na infância pobre, abandonada à própria sorte sem cidadania porém considerada como marginal e delinqüente.

De acordo com a análise de alguns teóricos como por exemplo Sales (2007), a preocupação da burguesia não era baseada na garantia dos direitos e o estado agia de maneira coercitiva e reguladora. Neste sentido o código de menores foi pensado a partir de uma concepção autoritária e paternalista da burguesia considerando a criança e o jovem pobre como elemento capaz de transtornar a ordem e oferecer perigo a sociedade. Neste caso eram considerados elementos perturbadores as crianças abandonadas, desfavorecidas economicamente e os que cometiam algum ato de delituoso.

A partir desta lógica de higienização dos lugares públicos, tal código atuava na perspectiva da coerção com o objetivo de reprimir, humilhar e criminalizar a infância e adolescência pobre. Assim foram criadas na década de 60 instituições como: a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM), que a partir de uma reorganização política do Estado no período estariam voltadas para a assistência e “proteção” da infância e adolescência. Estas instituições, que tinham a lógica do internamento, na verdade não protegiam nem davam a assistência necessária, eram sim repressoras e buscavam corrigir a conduta, considerada fora da normatividade, de crianças e adolescentes assistidos. Estes locais se assemelhavam ao sistema prisional, tanto na estrutura física quanto nos castigos empregados para a recuperação dos chamados menores infratores e ou delinquentes, portanto o Estado agia numa perspectiva punitiva, coercitiva e assistencialista.

Por volta dos anos 80 houve no país a necessidade de rever sua posição política com relação à infância e a adolescência e isso só foi possível porque em diversos países houve uma mobilização da sociedade civil nesta área.

Já em 1959 essa mobilização mundial em torno da infância e adolescência vai gerar a Declaração dos Direitos da Criança. A internacionalização dos direitos continua em 1979 com a criação do Ano Internacional da Criança e em 1989 com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e Adolescentes da ONU.

A partir de tais articulações constrói-se uma nova concepção sobre a infância e adolescência paralelo a uma percepção da necessidade de se garantir direitos. Assim as crianças e os adolescentes deixam de ser vistos como objeto de intervenção passando a ser reconhecidos como sujeitos de direitos com a promulgação no Brasil, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990.² Neste sentido, no plano legal e moral, as crianças e os

² Lei Federal nº 8.069/1990

adolescentes tornaram-se reconhecidamente cidadãos, independente de classe social ou raça/etnia.

O Eca institui ainda a idéia de proteção integral que diz respeito ao: “ dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária. Neste caso tanto o Estado quanto a sociedade e a família tem o dever de fazer com que tais direitos sejam garantidos.

Pois, como afirma Sales (2007, p.93)

No novo ordenamento jurídico (ECA e CF/1988), são considerados [crianças e adolescentes] sujeitos de direitos. Põe em cena na esfera pública uma série de demandas e mobilizam atores tanto da sociedade política quanto da sociedade civil em torno dos seus interesses[...] Por isso, de acordo com a Constituição de 1988, a implementação do ECA e, logo, dos direitos de crianças e adolescentes prevê a figura dos Conselhos de Direitos nas três esferas – Instância partidária de controle e definição de políticas - no âmbito do sistema de garantia de direitos.

É importante ressaltar que a infância e a adolescência atualmente adquiriram visibilidade por serem reconhecidas em sua particularidade, e contam com a proteção integral como estabelece a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Isto é, toda a sociedade tem o dever de zelar pela sua integridade física e mental, Em especial a instituição que fortemente contribui para a formação de sua identidade e sua socialização: A família.

Como se pode constatar, o Eca foi criado numa perspectiva de garantir os direitos a um segmento da população que durante muito tempo viu-se excluído. Neste caso tanto a infância quanto a adolescência passam a ser entendidas por uma lógica diferenciada, ou seja, assegura-se a todas as crianças e adolescentes, sem distinções, a garantia de seus direitos bem como daqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou em conflito com a lei. Para estes últimos são desenvolvidas medidas de proteção sócio-educativas rompendo assim com a lógica apenas repressiva e punitiva do código de menores.

Compreende-se que a maneira como a infância e a adolescência é vista hoje representa o reflexo das transformações ocorridas na maneira como a sociedade passou a pensar o que é ser criança e adolescente. Estes segmentos, na contemporaneidade passam então a ser sujeitos de direitos a partir das Leis Institucionais e ganham na agenda pública uma centralidade, com

políticas específicas. Dentro desta lógica, ser criança e adolescente hoje é contar com o apoio integral da família, do Estado e da comunidade para o pleno desenvolvimento desse segmento social.

No entanto é importante destacarmos que mesmo diante de tantos avanços nem todas as crianças e adolescentes do nosso País têm esses direitos respeitados. Para (NASCIMENTO, BRANCHER, OLIVEIRA, 2008, p.11) “[...] enquanto alguns tem sua infância delimitada pelo ciclo escolar, outros ainda se transformam em adultos sem ter condições para isso (crianças e jovens em situação de rua, trabalho infantil etc.)”

Percebemos, portanto que a infância, que precede a adolescência, vai sendo resignificada historicamente e este processo inclui o reconhecimento das crianças como sujeitos de direitos, o que é estendido aos jovens. Mas como é compreendida a juventude na história? É necessário assim, situarmos aqui a discussão sobre esta categoria, que é central em nosso estudo.

A concepção de adolescência e juventude vai além da ordem natural de desenvolvimento, ou seja, das mudanças biológicas e físicas, e é também uma construção histórica que sofre influências psicológicas, sociais e culturais, e variam conforma as sociedades.

De acordo com Bordieu, (1983) apud WISHEIMER, (2009) “Juventude é uma construção social e está nos diversos espaços sociais”. Portanto deve-se falar não em juventude mas sim em “juventudes”, o que significa que é uma “categoria relacional”,

Juventude é uma categoria relacional fundada em representações sociais que conferem sentidos ao pertencimento a uma faixa etária e que posiciona os sujeitos na hierarquia social. Estes podem ser definidos como “agentes”, isso é, como indivíduo socialmente constituídos na totalidade de suas determinações e dados de poder de produzir impactos significativos na ordem social, tanto como “atores”, ou seja, aqueles que desempenham papéis específicos e pré-estabelecidos. (WISHEIMER, p.10, 2009,)

Neste sentido pensemos em múltiplas juventudes que estão em diferentes contextos em que as pressões sociais se manifestam de maneira diferenciada, onde os grupos juvenis vão representar seus anseios, suas expectativas a partir de cada realidade social.

O Estatuto da Criança e do adolescentes em 1990 considera criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade, e só

recentemente foi aprovado o estatuto da juventude em 15 de fevereiro de 2012, o qual considera que são jovens aqueles que estão na faixa etária entre 15 a 29 anos de idade.

De acordo com Abramo(2005) apud Oliveira(2009) : Existe um uma concepção recente de juventude para “ além da adolescência em risco e para além dos setores de classe média”.Neste caso o debate sobre juventude ficou fora das intenções e ações voltadas para o campo dos direitos e da cidadania desta parcela da população.

A adolescência para Santos (1996) está identificada com a escola, com o aumento de tempo na escola, com a mudança da instituição escolar e a extensão progressiva do período de aprendizagem; tudo isto deu consciência e visibilidade à condição infante – juvenil (Santos, 1996, p. 157). Alguns grupos sociais que ficam excluídos da escola e ingressam cedo no mundo do trabalho se “adultizam” e não tem acesso à adolescência, enquanto uma condição social. (Santos,1996 apud Bock, p. 70, 2007).

É importante ressaltar que o parâmetro de idade estabelecido pela ECA no que se refere ao sistema de garantia de direitos deixou uma faixa etária dos jovens que estão entre 19 e 29 anos excluída tanto da proteção como de oportunidades. Muitos destes ainda vivem a dura realidade de conviverem com situações de violação de seus direitos no interior de sua própria família.

Compreende-se que a instituição familiar é o espaço no qual os jovens iniciam sua socialização, construindo valores, ideologias, crenças a partir do estabelecido como normas que devem ser cumpridas para sua integração na sociedade. O período compreendido por adolescência / juventude constitui-se em um período de mudanças no qual o sujeito tem que se adaptar ao novo. Este novo é um conjunto de varias modificações, sejam elas físicas psicológicas, sociais ou culturais.

Desse modo, as mudanças econômicas, familiares e culturais transformam a experiência de crescimento e a adolescência tornou-se um importante estágio na biografia individual, mais que isso, em um conjunto etário nas sociedades modernas ocidentais. (Santos, 1996, p.154 apud Bock, p.69, 2007).

Podemos concluir que o surgimento e desenvolvimento do conceito tanto da infância quanto da adolescência/juventude estão atrelados as influências sociais, culturais, econômicas

e políticas. Portanto é socialmente construído e vai influenciar na forma como a sociedade se relaciona com esses segmentos bem como garante os seus direitos.

Percebes-se ainda que, numa construção histórica e desigual, como é o caso do Brasil, existem diversas juventudes: aquelas dos filhos dos trabalhadores e desempregados e aquela juventude constituída pelos filhos da elite, a juventude negra e a juventude branca. Mas é relevante perceber que para além da questão de classe ou de raça/etnia os jovens vivenciam cotidianamente diversas situações materiais e simbólicas. É a partir dessa vivência cotidiana que podemos pensar nos jovens que além de todas essas mudanças de ordem estrutural e física ainda convivem com atos de violência no interior da própria família. É sobre a construção dessa família na história, que nos debruçaremos agora.

1.1A família como locus de socialização e violência contra crianças e adolescentes

Após explanar sobre a construção social do conceito de infância e adolescência, tendo como foco o período compreendido do século XVII até a contemporaneidade, trabalharemos neste tópico a categoria família por entender sua importância e relação com o processo de socialização dos indivíduos.

Para compreender a importância que a instituição família representa na construção de diversos aspectos da vida tanto das crianças quanto dos adolescentes é importante compreender que a família é também uma categoria construída socialmente que sofre influência cultural, social e política de acordo com cada época. Neste sentido as famílias vão se constituindo e se organizando historicamente.

Assim, pode-se dizer que as famílias sempre sofreram influências externas e orientaram suas práticas por princípios, valores e normas próprios de cada cultura e de cada momento histórico, o que explicaria, por exemplo, a aplicação de castigos corporais nas crianças como forma de educá-las, prática que mesmo criminalizada, é utilizada ainda hoje por algumas famílias que substituem muitas vezes o diálogo pela violência física.

Pode-se afirmar que a instituição família é o produto de diferentes formas históricas de organização entre os humanos, ou seja, as pessoas se organizam em grupos que estabelecem formas de sociabilidades diferenciadas. A este respeito Morgan apud Engels (1891, p. 34) afirma que “A família é o elemento ativo; nunca permanece estacionária, mas passa de uma

forma inferior a uma forma superior, a medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado.” Neste sentido a família é uma instituição social que sofre influência do contexto social, político e econômico, e portanto não é algo acabado mas em movimento, em construção.

O mesmo autor reforça a importância que o sistema de parentesco teve na constituição das famílias, sistema que surgiu baseado na perspectiva da aliança, da troca e da terra. O ordenamento parental partia do pressuposto organizacional de parentesco a partir das alianças de um clã com outro cujo sistema de parentesco é baseado na troca de: mercadorias, propriedades, à exemplo da terra, da alimentação, da arte.

De acordo com Lévi-Strauss (1982) a organização da sociedade se daria a partir do sistema de troca, neste sentido se trocariam inclusive mulheres, ou seja, a partir de um ordenamento que é dado pelos códigos culturais o casamento se transformaria em pressuposto de aliança a partir de determinada família que ao se unir matrimonialmente construiria bases que iriam fortalecer a relação com a posse da terra, de bens o que se constituiria em relações de parentesco construídas socialmente, influenciando na organização social de determinada sociedade bem como na organização da família, de uma forma geral.

Engels sinaliza que nas sociedades os sistemas de parentesco diferem de uma época para outra devendo ser explicados historicamente, e toma como referência os povos selvagens e bárbaros da Ásia e da América bem como aqueles da idade média.

Os sistemas de parentesco e as formas de famílias, a que nos referimos, diferem das de hoje no seguinte: cada filho tinha vários pais e mães. No sistema americano de parentesco, ao qual corresponde a família havaiana, um irmão e uma irmã não podem ser pai e mãe de um mesmo filho; o sistema de parentesco havaiano pelo contrário, pressupõe uma família que em que essa é a regra (ENGELS, 1891, p.35)

Neste sentido, existiriam várias formas de organização familiares que seriam estabelecidos por cada sociedade e que definiriam um padrão “normal” de família naquele grupo social. De um modo geral o modelo adotado historicamente pelas sociedades foi a família monogâmica, patriarcal e nuclear.

Em oposição, a esse tipo de família estaria o modelo de poligamia estabelecido em algumas sociedades: De acordo com Engels, (1891) A poligamia permite ao homem ter mais de uma mulher simultaneamente o que dava a ideia de poder ao sexo masculino. Partindo

dessa lógica o homem que possuísse maior número de mulheres seria o mais valente / viril, esta seria portanto uma virtude.

A monogamia surge na história também como uma forma de dominação de um sexo sobre o outro, ou seja, do homem sobre a mulher. Engels (1891) assinala que a família monogâmica baseia-se no poder do homem, pois ela nasce da concentração de riqueza nas mãos do homem, e por consequência o direito paterno nasce também com a monogamia. Neste caso cabe à mulher o papel subserviente de servir e procriar sendo as relações familiares estabelecidas a partir de uma perspectiva econômica. “E quando a propriedade privada se sobrepôs à propriedade coletiva, quando os interesses da transmissão por herança fizeram nascer a preponderância do direito paterno e da monogamia, começou a depender inteiramente de considerações econômicas” (ENGELS, 1891, p.80). Ainda de acordo com o autor este tipo de família reflete as relações de produção da sociedade.

No que se refere ao modelo patriarcal, este valorizou as atividades masculinas ao mesmo tempo em que inferiorizava as atividades femininas, estabeleceu os papéis sexuais e sociais nos quais o masculino sempre teve vantagens. O patriarcado não determina o poder de pai, mas dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social. (SAFFIOTI, p.107 – 122). Neste sentido a família patriarcal se apresenta tendo o homem no centro como provedor da família, sendo aquele que detém o poder, portanto, objetiva-se, neste modelo, manter uma hierarquia dentro da família em que o homem é o mantenedor e está em posição superior à mulher na relação familiar.

É importante lembrarmos que o modelo de família no Brasil também decorre de nossa história, e passou por diversas mudanças, tanto na sua forma quanto na sua estrutura e dentre os diversos tipos de famílias brasileiras constituídas destaca-se a família patriarcal, modelo que chegou ao país com a colonização.

Neste sentido a família colonial ou patriarcal era uma família bem hierarquizada, o homem encontrava-se no centro, ele era o pai, o marido, o chefe da empresa e os demais eram seus subordinados. Neste sentido, os demais não tinham nenhum poder de decisão e tudo era centrado na mão do patriarca. Havia um completo distanciamento emocional deste com os demais membros da família.

O patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: 1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, 2) os jovens estão hierarquicamente

subordinado aos homens mais velhos. A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas; legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia feminina; e estabeleceu papéis sexuais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas (MILLET, 1970; SCOTT, 1995 apud Narvaz, Koller, 2006 p.50)

Ao longo dos anos passamos de uma família extensa da época colonial que vivia em torno da figura patriarcal para uma família nuclear no século XIX ao XX e assim chegamos aos diversos arranjos familiares que se encontram na contemporaneidade.

Os novos desenhos familiares estão atrelados ao novo contexto social, isto é novas formas de organização entre as pessoas. Neste sentido podemos citar a família nuclear, formada pelo pai, mãe e filhos; a família monoparental, formada apenas pelo pai ou mãe e seus descendentes; a família binuclear, aquela em que ambos os pais, mesmo não estando mais juntos, cuidam dos filhos; e a família reconstruída, que resulta de novos casamentos, trazendo os filhos das relações anteriores. Existem ainda as uniões consensuais casais que preferem morar juntos, sem formalizar a união.

Podemos também citar como novos arranjos familiares casais que optam por morar em casas separadas e que normalmente são divorciados, separados ou viúvos, e buscam dessa forma evitar conflitos existentes na família reconstruída.

É também um novo arranjo familiar a família por associação que é formada por amigos com um tipo de parentesco que se constitui a partir da amizade e não de laços consangüíneos e ainda a família homoparental constituída a partir da união entre homossexuais.

Para Sarti (2003, p.33)

A noção de família define-se, assim, em torno de um eixo moral. Suas fronteiras sociológicas são traçadas segundo o princípio da obrigação, que lhe dá fundamento, estruturando suas relações. Dispor-se às obrigações morais recíprocas é o que define a pertinência ao grupo familiar.

Neste sentido a família, independente do seu modelo, é uma instituição com muito valor, é nela que os adolescentes constroem a sua sociabilidade, sua identidade os seus valores e ao discutirmos a sua constituição e sua organização no decorrer da historia, é importante também entendermos como o sentimento de família surgiu e se estabeleceu.

De acordo com Ariès (1978) o sentimento de família começa a ser construído por volta do século XV ao XVII. Nesta época as crianças eram colocadas em outras famílias, que não a natural, com o objetivo de socialização onde aprendiam os afazeres domésticos numa perspectiva educacional. Essa “aprendizagem era habito difundido em todas as classes sociais”.

Percebe – se que a família se constituiu numa perspectiva de transmitir a vida, os bens e o nome, assim preocupava-se apenas com a ideologia moral e social, não havendo preocupação com sentimentos, por isso não se importavam em enviar suas crianças para outra família.

Outro ponto muito importante desta época foi à inexistência de separação entre o público e o privado, isto é a casa ao mesmo tempo em que era moradia funcionava como empresa, era o local onde ocorriam os negócios, os encontros durante o dia e não havia separação em cômodos, à noite transforma-se em dormitório.

No século XVIII, inicia - se um processo de distanciamento entre a sociedade e a família, ou seja, é o nascimento da idéia de separação entre o público e o privado o que caracterizaria o modelo de casa moderna com a idéia da divisão da casa em cômodos. Essa divisão da casa em cômodos inicialmente não abrange toda a população ela fica restrita a elite da época (burguesia e a nobreza). Assim separa-se melhor a vida mundana, a vida profissional e a vida privada, “a cada um era determinado um local apropriado como o quarto, o gabinete ou o salão”. (ARIÉS, 1978,p.185).

A partir da reorganização da idéia da casa em cômodos bem como da reforma dos hábitos, que cedem lugar a uma maior intimidade na família, já que o novo modelo exclui os criados, os clientes e os amigos, a família fica restrita aos pais e filhos.

É também nesta relação entre o mundo público e mundo privado, que ocorre a socialização tanto de crianças quanto de adolescentes em especial no âmbito familiar. Com relação ao ambiente familiar percebe-se a partir deste contexto histórico supracitado que as crianças foram alvos de constantes violência, pois os pais negaram durante séculos cuidados básicos para a sobrevivência dos filhos, a própria inserção de crianças no mundo adulto a partir dos sete anos, realizando tarefas das mais variadas, próprias de adultos, já eram por si só uma forma de violência, não reconhecida como tal àquela época.

É a partir das relações que se estabelecem historicamente das famílias com suas crianças e adolescentes, e das formas de sociabilidade construídas no âmbito familiar que

podemos pensar a violência doméstica como fruto de uma construção histórica que aflige grande parcela de nossas crianças e adolescente hoje.

Vemos hoje a configuração familiar modifica-se profundamente.[...] Na atualidade, a família deixa de ser aquela constituída unicamente por casamento formal. Hoje, diversifica-se, e abrange as unidades familiares formadas seja pelo casamento civil ou religioso, pela união estável; seja grupos formados por qualquer um dos pais ou ascendentes e seus filhos, netos ou sobrinhos, seja por mãe solteira, seja pela união de homossexuais (mesmo que ainda não reconhecida em lei). [...] essa nova concepção se constrói , atualmente, baseada mais no afeto do que nas relações de consanguinidade, parentesco ou casamento.(LOSACCO, p.64)

A família, independente do seu arranjo é um espaço de sociabilidade, entretanto pode ser também uma instituição violadora dos direitos de crianças e jovens e lócus de violência entre seus membros.

Pensar a família como lócus da violência implica em pensar os papéis dos indivíduos no modelo hegemônico de família na sociedade ocidental: monogâmico e patriarcal. Em especial a partir da divisão de gênero, onde os papéis sociais do homem e da mulher também são separados e a eles atribuídos consecutivamente os espaços público e privado como locais privilegiados. Neste sentido, homens e mulheres sofrem pressões sociais para exercerem diferentes papéis de gênero, previamente estabelecidos socialmente.

A construção de gênero é marcada por fatores históricos e culturais, pelas relações simbólicas, bem como pela biografia de cada individuo e dos grupos sociais o que gera, a depender de cada contexto social, diferentes hierarquias e modos de relação de gênero, com divisões marcadas tanto dos espaços privilegiados do homem e da mulher, quanto dos seus papéis sociais.

Neste sentido o público e o privado se apresentam como diferenciadores do espaço de homens e de mulheres, em que configurações de divisão de trabalho, de pensamento e de atividades vão ser pensadas no que é permitido para homens e para mulheres, no sentido de espaço social e até geográfico em que o espaço privado se configura como doméstico, portanto feminino, e o público como espaço mais amplo, dessa forma masculino, criando distinções e diferenciação nas identidades de gênero.

De acordo com Saffioti (2004), gênero é uma categoria social e histórica, portanto é também uma construção social. Neste sentido, é importante que percebamos o lugar que foi

atribuído à mulher nessa concepção de gênero para entendermos as raízes históricas da violência familiar, em especial a violência de gênero.

Pensado na lógica patriarcal Sarti (2011, p.63) afirma que o homem, a mulher e a criança tem seus espaços definidos na família. Dentro desta lógica sexista, cabe ao homem chefiar a família enquanto a mulher deve ser chefe da casa, neste caso o homem é “autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar”. Nesta divisão de papéis familiares a mulher ganha um lugar de subalternidade, a ela são atribuídas as tarefas domésticas e o espaço privado do lar enquanto o homem participa da vida pública provendo o sustento da família. Essa diferença hierárquica entre homem e mulher, que se constituiu ao longo da história no seio das famílias, ultrapassa o ambiente doméstico, se refletindo em outros espaços a exemplo o local de trabalho onde a mulher, muitas vezes, ao exercer funções iguais a dos homens recebem remunerações menores.

Com relação às crianças, os pais sempre esperam algum tipo de retribuição, ou seja, dos filhos adultos espera-se uma retribuição moral enquanto das crianças espera-se que estas simplesmente obedeçam.

A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem estar de seus componentes. Ela desempenha papel decisivo na educação formal e informal; em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e morais, onde se aprofundam os laços de solidariedade. (KALOUSTIAN & FERRARI, 1994 apud WIESE, SANTOS).

Mas quando não é possível garantir esse espaço, tal como a citação acima sugere, como ficam as crianças e os adolescentes, quando ocorre instabilidade familiar? De acordo com Sarti (2011) tal instabilidade pode ocorrer quando há separações entre os casais, por morte de um dos integrantes ou por crise financeira e social, no caso desta última ocasionada pela desigualdade própria do modo de produção capitalista, que hoje imprime a escassez ou a não efetividade de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes e mesmo para as famílias, considerando-se que neste caso a própria família tem seus direitos violados contumazmente.

Nesta perspectiva, é importante lembrar que o enfrentamento da situação de vulnerabilidade causada pela instabilidade social não é apenas responsabilidade dos pais, mas

deve ser também, como expresso no ECA, um dever do Estado e da rede de sociabilidade em que a família está inserida.

É fato, entretanto que a garantia dos direitos assegurados pelo ECA e pela Constituição Federal não é equânime para o conjunto de crianças e jovens. Essa desigualdade se expressa na infância vivida por alguns nas ruas, lixões, sendo exploradas sexualmente por adultos. Também se traduz na seletividade de direitos quando poucos desfrutam de educação de qualidade, com acesso à saúde, lazer, que deveriam ser garantidos indiscriminadamente à todas as crianças e jovens.

Além da violência estrutural³ que as crianças e os adolescentes estão submetidos nesta lógica desigual que foi forjada na sociedade ao longo da nossa história e que se reflete hoje na ausência de políticas públicas e de acesso aos direitos fundamentais, ainda temos uma parcela significativa deste segmento que vive em situação de violência doméstica. É importante salientar que, as situações de violência que os adolescentes e as crianças estão sujeitas no âmbito doméstico não se restringem apenas aos pobres, pois estão presentes nas diferentes classes sociais.

Podemos considerar que as transformações ocorridas no âmbito da instituição familiar ao longo dos tempos influenciaram e influenciam ainda hoje, diretamente, o processo de sociabilidade tanto das crianças quanto dos adolescentes, pois estes são os membros mais vulneráveis dentro desta instituição. Neste caso quando ocorrem conflitos ou rupturas neste ambiente as crianças e os adolescentes são diretamente afetados por não terem a estrutura emocional consolidada, tampouco possuem autonomia.

Pode-se considerar que a desigualdade social diminui as chances do desenvolvimento natural do ciclo do grupo doméstico. Conforme Sartí (2003), o ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico corresponde a todos os papéis e atribuições que se estabelecem nas instituições familiares compreendendo: a criação e educação dos filhos, as relações sexuais dos casais, e a convivência do casal.

Nas famílias pobres este ciclo muitas vezes é quebrado por causa das condições socioeconômicas que impedem que este ciclo se cumpra sem rupturas, principalmente no que diz respeito à criação dos filhos, ou seja, a convivência do casal pode ser afetada seja na sua

³ Violência estrutural é aquela que oferece um marco à violência do comportamento e se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas conquistas da sociedade, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte (Minayo, p.7, 1994).

vida íntima, seja na sua participação na educação dos filhos, dificultando o estabelecimento e fortalecimento do afeto e a sociabilidade entre pais e filhos.

Portanto a família é um sistema socialmente construído em contextos diversos, por diferentes pessoas que compartilham valores, sentimentos, e possuem várias funções tanto no âmbito individual como no social, e é na sociabilidade construída que a violência doméstica muitas vezes se insere.

No capítulo seguinte aborda-se inicialmente o conceito de violência tendo como foco a violência estrutural, relacionando-a com a violência doméstica praticada contra jovens no ambiente familiar. Abordamos em seguida o sistema de garantia de direitos enquanto possibilidade de enfrentamento da violência doméstica.

Capítulo 2

2 - Conceituando a Violência

A violência em todas as suas manifestações é um problema social complexo, que afeta a todos os segmentos. O fenômeno da violência está ligado às relações estruturais de um país, e não é algo novo, mas historicamente construído, e apresenta-se das mais diversas formas.

Trata-se de um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial, mas seu espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade. Portanto, para entendê-la, há que se apelar para especificidade histórica. Daí se conclui, também, que na configuração da violência se cruzam problemas da política, da economia, da moral, do Direito, da Psicologia, das relações humanas e institucionais, e do plano individual (MINAYO, 1994, p.7)

Assim a violência origina-se na convivência em sociedade, perpassa as questões econômicas, políticas, e sociais, não sendo um fenômeno exclusivo de uma determinada época, pois acompanha as gerações num movimento de produção e reprodução do meio social.

Neste sentido, podemos afirmar que a violência é estrutural, pois se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, bem como nas consciências individuais, numa relação dinâmica entre os envolvidos. Este tipo de violência tem o caráter de negar aos indivíduos sua cidadania colocando-os em situação de vulnerabilidade já que se manifesta no cotidiano dos indivíduos através das diversas expressões da questão social.

Para entender a complexidade da violência e suas diversas formas de se apresentar podemos recorrer à formação da sociedade Brasileira.

A formação social brasileira carregará, pois, desde a gênese, as marcas de uma ordem alicerçada na dependência externa, no latifúndio monocultor e na apartação social expressa na escravidão. Em consonância com a forma como o processo de produção estava estruturado no Brasil, diga-se, a agricultura assentada sobre o trabalho escravo e negro, a consciência de classe e o ethos burguês endossaram o preconceito e o racismo, por dentro dos objetivos de diferenciação social (SALES, 2007, p.51).

Assim a sociedade brasileira foi fundada a partir de um sistema escravista o qual deixou marcas profundas na constituição da cidadania, culminando numa sociedade desigual, racista e preconceituosa onde existe uma elite dominante que tem uma cidadania plena

enquanto a grande maioria da população convive com o desemprego, numa situação de exclusão social, própria de uma sociedade capitalista desigual.

Nesta perspectiva de segregação racial, de luta pela liberdade e pelo direito civil que foi durante muito tempo negado à mulher e ao negro, é que se constituiu a cidadania Brasileira. Para Covre (2002).

[...] a cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos de atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluído o mais abrangente, o papel do (s) homem (s) no universo.

Assim a cidadania requer que haja uma comunidade política na qual os indivíduos sejam incluídos e possam compartilhar os direitos civis, políticos e sociais, ou seja, que o cidadão compartilhe com os poderes públicos o conjunto de direitos e deveres com uma participação ativa na esfera pública.

No entanto o que se constata nesta sociedade desde a época colonial é a perpetuação de diversos tipos de discriminações, sejam elas raciais, de gênero, orientação sexual ou de classe. Este tratamento discriminatório dado à diversidade se constitui como uma forma de violência e está presente inclusive nas práticas institucionais. O Estado também reproduz essa lógica, quando ao favorecer a classe dominante, em detrimento das classes mais vulnerabilizadas da sociedade, através, por exemplo, do sucateamento das políticas públicas, inflige a violência às camadas menos privilegiadas corroborando com a desigualdade social.

Atualmente o país vive sob forte impacto da violência, nos mais variados espaços da sociedade e suas diversas formas estão intrinsecamente ligadas à violência estrutural, entretanto, são as camadas mais vulnerabilizadas suas maiores vítimas.

Assim podemos concordar com Minayo quando fala da existência da violência estrutural, da resistência e da delinquência⁴. A partir da análise da autora compreende-se que

⁴ A violência estrutural é a que oferece um marco, a violência do comportamento e se aplica tanto as estruturas organizadas e institucionalizadas da família, como aos dos sistemas econômicos, culturais e políticos (...). Já a violência da resistência, constitui-se de diferentes formas de respostas dos grupos, classes, nações e indivíduos oprimidos à violência estrutural. A violência da delinquência é aquela que se revela nas ações fora da Lei socialmente reconhecida, a análise deste tipo de ação necessita passar pela compreensão da violência estrutural, que não só confronta os indivíduos uns com os outros, mas também os corrompe e impulsiona ao delito. (MINAYO, 1994)

a violência estrutural representa um fator determinante para a ocorrência da violência tanto da delinquência quanto de resistência. Nesse sentido, em sociedades capitalistas, de relações desiguais, onde a cidadania se restringe à classe dominante, ações como sequestro, homicídios, roubos, furtos, são expressões decorrentes da violência estrutural, própria dessas sociedades.

Conforme análise de Arendt (2004) a violência também se legitima a partir do Estado, pois esta apresenta-se como uma manifestação do poder, neste sentido, é o Estado quem detém o poder e neste caso ele estabelece as regras sociais às quais a população é submetida numa relação hierárquica. Esta submissão às regras sociais, nem sempre igualitárias para toda a sociedade, vai reforçar o poder do Estado, muitas vezes reduzindo ou subtraindo o poder dos indivíduos. Para a autora, quando o poder de um anula o poder do outro, aí se instala a violência.

Odália (1991) em sua análise diz existirem cinco tipos de violência: a original, a institucionalizada, a social, a política e a revolucionária:

A violência original é todo ato que por razões, costumes, tradições Leis explícitas ou implícitas justifique a violência como normal naquele momento específico a exemplo da guerra[...]; A violência Institucional origina-se a partir da convivência do homem em sociedade, pois o homem ao se organizar cria regras estabelece normas de comportamento cria leis[...] Já a violência social é aquela originária das estruturas sociais neste sentido toda violência é social e atinge com maior frequência a população que encontra-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica[...]; A violência política não é uma prática nova ela sempre existiu e hoje se expressa como instrumento de luta capaz de combater a injustiça social[...] Este tipo de violência aparece camuflada e assume diversas formas[...]; Violência revolucionária pode se expressar tanto pelo atentado político individualizado, pelo terrorismo contra grupos por lutas armadas, greves, quanto por ações de grupos ou indivíduos que antes expressam suas frustrações e confusões ideológicas e mentais do que propriamente suas convicções políticas de transformações sociais.

Conforme a análise de Odália, existem diversos tipos de violência e tais violências surgem a partir de diferentes fatores que estão presentes na sociedade. Desta forma devemos considerar que sociedades diversas infligem violência de formas não análogas, neste sentido, em cada época específica da história das sociedades, existirão leis, costumes e ações que

justifiquem e consagrem os limites da violência, portanto a violência vai se manifestar de formas e circunstâncias diferentes.

O autor acredita ainda que a violência também se legitima a partir do Estado já que este detém o poder e assim estabelece as regras para a sociedade. O Estado inflige violência à população no momento que nega ou precariza políticas públicas seja de saúde, educação, cultura ou lazer a uma parcela da população que encontra-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Assim ao negar educação digna para esta parcela da população o Estado em alguma medida está dispondo de uma violência em suas práticas ou em suas omissões, pois sem educação ou com educação precária estes terão reduzidas suas possibilidades de mobilidade social. Essa violência praticada pelo Estado não é perceptível, já que é naturalizada e é chamada de violência institucional.

Dessa forma, de acordo com o pensamento de Odália a violência está presente onde houver algum tipo de privação, ou seja, no caso da violência institucional, estamos falando de um Estado que nega ao cidadão o acesso a direitos básicos ou que não atende à esses direitos de forma satisfatória. O pensamento de Odália, portanto se coaduna com o de Arendt, que afirma brotar a violência na ausência de poder, entendendo esse poder como participação nas decisões e bens produzidos socialmente.

Na lógica desigual que se constituiu no Brasil, o Estado, em seus diferentes níveis de poder, reduz o acesso de uma grande parcela da população aos direitos básicos para sobrevivência digna, criando um desastroso quadro de exclusão social. Assim o Estado reproduz, especialmente entre a população mais excluída, a violência que se expressa na fome, no desemprego, no não lugar dessas pessoas na sociedade.

É importante destacar que a situação de vulnerabilidade social não é o único fator capaz de explicar o fenômeno da violência, no entanto ela contribui para que ocorra um crescimento devastador dos mais variados tipos de violência atualmente, culminando numa situação de saúde pública capaz de se expandir e matar mais que as doenças infecto contagiosas e endêmicas. De acordo com Bezerra (2006) pesquisas recentes indicam que o Brasil encontra-se entre os três países com maior índice de violência contra seus jovens, ganhando o título de “vice- campeão de mortes por causas externas de pessoas entre 15 e 24 anos de idade”.

Estudos históricos realizados em São Paulo e Rio de Janeiro mostram que as epidemias e doenças infecciosas - as principais causas de mortes entre os

jovens há cinco ou seis décadas -, foram progressivamente substituídas pelas denominadas “ causas externas” de mortalidade, principalmente acidente de trânsito e homicídios (MAPA DA VIOLÊNCIA 2011, p. 7).

Assim a violência estrutural afeta diretamente e de forma cruel a vida dos adolescentes e jovens, pois recai sobre as suas condições de vida, deixando-os numa situação de vulnerabilidade social, ou seja, estes jovens tem suas vidas marcadas pela falta ou pela não efetividade de políticas públicas que possam suprir suas necessidades e convivem cotidianamente com a ausência de oportunidades, o que termina por levar alguns para o mundo do crime. Essa vulnerabilidade social está expressa nas condições de vida de grande parte dos adolescentes, muitos dos quais em situação de rua e expostos aos mais variados tipos de violência, incluindo aí os homicídios de que são as maiores vítimas.

Assim é possível perceber que apesar das diversas conceituações da violência há um eixo comum entre os autores que é o entendimento da violência que é infligida a partir de instituições da sociedade como por exemplo o Estado que nesse caso, reproduz a hegemonia de uma classe sobre a outra, promovendo a desigualdade e a violência presentes nas expressões da questão social.

Além do Estado podemos perceber a institucionalização da violência nas práticas de outras Instituições como a família e a escola, onde as maiores vítimas da violência são jovens.

Essa violência praticada contra os jovens no âmbito familiar, que chamamos de violência doméstica, se expressa, portanto, sobre um pano de fundo que é a violência estrutural.

2.1 - Violência doméstica contra adolescentes

Dentre as diversas expressões da violência, está a violência interpessoal, sendo a violência doméstica uma das suas faces mais cruéis, em especial àquela cometida contra crianças e adolescentes.

A violência interpessoal pode ser compreendida como ‘evento representado por ações realizadas por indivíduos (...) que ocasionam danos físicos, emocionais, morais, a si próprio ou a outros’(MINAYO E SOUZA, 1997, p.514 apud MONTEIRO, p.481).

A violência doméstica apresenta várias formas e fases e encontra-se diluída na sociedade sob formas de diversas manifestações que se interligam, alimentam e se fortalecem

e desta forma, permanece presente historicamente na sociedade (MINAYO, 2005 apud SILVA & PEREIRA, p.912).

Ainda de acordo com a autora a violência doméstica é uma expressão da violência estrutural, pois a violência estrutural oferece um marco à violência do comportamento e se aplica às estruturas organizadas e institucionalizadas como a família, o sistema econômico, cultural e também da estrutura política. Neste sentido a violência doméstica se intensifica por determinantes históricos. É um fenômeno de ordem social.

Neste sentido fatores de ordem social / cultural como a pobreza, o desemprego a exclusão social, o consumo e o tráfico de drogas e o alcoolismo, por exemplo, podem potencializar esta prática de violência.

Esta modalidade de violência se manifesta de variadas formas, ou seja, por espancamento ou abuso sexual, pela omissão e também através de agressões verbais e psicológicas. Neste sentido, afeta as suas vítimas não só fisicamente como emocionalmente.

A violência doméstica pode ocorrer tanto no ambiente doméstico quanto em ambiente social neste caso é praticada por pessoas íntimas e familiares da vítima, este é um fenômeno que vem se intensificando ultimamente e atinge as vítimas independentemente do seu gênero, mas de uma forma geral, as mulheres são as que sofrem mais fortemente esse tipo de violência.

Considera-se que a violência intrafamiliar é em geral, uma forma de comunicação entre as pessoas e, quando numa família se detecta um tipo de abuso, com frequência, ali existe uma inter-relação que expressa várias formas de violência (MINAYO 2006, p.80 apud MONTEIRO, p.482).

De acordo com Saffioti (2004) existe distinção entre a violência doméstica e a intrafamiliar, esta refere-se ao ato praticado por pessoas com laços de consanguinidade bem como de afetividade e pode ocorrer tanto no interior do domicílio quanto fora dele envolvendo membros de uma mesma família. Já a violência doméstica além de apresentar as mesmas características da intrafamiliar inclui no rol dos agressores outras pessoas que mesmo não pertencendo à família estejam ali inseridas integralmente ou parcialmente no mesmo domicílio.

A mesma autora defende a tese de que tanto a violência intrafamiliar quanto a doméstica pode ser considerada como violência de gênero, “Assim, o gênero, a família e o território domiciliar contêm hierarquias, nas quais os homens figuram como dominadores-exploradores e as crianças como os elementos mais dominados-explorados” (SAFFIOTI,

2004, p.74). Apesar da violência doméstica ser majoritariamente praticada por homens, as mulheres também são protagonistas desse tipo de violência, particularmente quando são cometidas contra crianças e adolescentes.

Os estudos de diversos autores como Saffioti, Sanchez e Minayo, apontam que a violência doméstica, independente da forma como se expressa, física, psicológica ou sexual, deixa marcas profundas em suas vítimas. Consideramos importante, portanto, abordar estas diferentes expressões da violência doméstica em suas particularidades.

A violência ou abuso físico cometido contra criança ou adolescente se caracteriza pela ação intencional ou acidental, por meio da força cometida por um adulto que provoque injúrias, dor ou ocasione consequências leves ou extremas, como a morte.

Este tipo de violência é muito freqüente visto que as vítimas são indefesas e que os atos abusivos partem das pessoas em que a criança ou o adolescente deveria confiar. As consequências se apresentam conforme a gravidade e a natureza da violência sofrida, neste sentido acarreta danos a longo e curto prazo não só para os adolescentes como também para a sociedade.

Os danos para os adolescentes vão além das lesões corporais, pois podem desenvolver nas vítimas sentimento de revolta, baixa auto-estima, mudanças de comportamento entre outros sintomas, o que de acordo com alguns autores pode potencializar outros tipos de violência pois as vítimas também podem levar a agressão sofrida em casa para outros ambientes como por exemplo a escola, ou mesmo, na tentativa de fugir do ambiente doméstico violento, se colocarem em situações de risco como o envolvimento com drogas, com a criminalidade e com a exploração sexual.

O histórico, da sociedade brasileira de utilização de castigos físicos na educação de crianças e adolescentes no interior da família, parece ainda estar vivo, pois apesar das transformações sociais ocorridas, algumas famílias brasileiras preservam a dinâmica de educar os filhos pela perspectiva da violência, própria de uma sociedade que foi construída a partir de uma ideologia patriarcal onde as crianças não tinham seus direitos reconhecidos. Assim tais famílias institucionalizam a violência justificando-a como ato de educar e corrigir as crianças e os adolescentes.

Quanto ao abuso sexual, é conceituado como práticas sexuais, eróticas ou pornográficas impostas por meio de aliciamento ou violência física e cometidas pelo agressor visando estimular ou utilizar a vítima para obter prazer sexual.

É importante ressaltar que a violência sexual contra crianças e adolescentes, de acordo com a OMS, atinge mais de 150 milhões de meninos e meninas no mundo, porém no Brasil, de acordo com Ribeiro, Ferreira e Reis (2004, p.457), este é um fenômeno que vem se agravando intensamente, no entanto não há notificações exatas dos casos. Estima-se que menos de 10% dos casos chegam às delegacias, ou seja, há aí um problema de subnotificação, o que mascara os verdadeiros números desse tipo de violência.

Segundo Sanchez e Minayo (1994) a violência sexual tem uma incidência freqüente no ambiente doméstico atingindo principalmente as meninas, e de acordo com estudos, os principais agressores são os pais, os padrastos, além de pessoas conhecidas da rede familiar da vítima. Este tipo de violência tem um poder destrutivo alarmante pois, outras formas de violência estão associadas a esta como, por exemplo, a negligência, além dos abusos emocionais e físicos.

Esses efeitos deletérios da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes se apresentam não só a curto como a longo prazo. Neste sentido se configura também como um problema de saúde já que pode favorecer a gravidez precoce, o contágio por doenças sexualmente transmissíveis, a dependência química além das seqüelas emocionais como a baixa autoestima, a culpa, isolamento e depressão.

Outra modalidade de violência doméstica, a violência psicológica, ocorre por agressões verbais e gestuais e ameaças com o objetivo de atemorizar, rejeitar, envergonhar a vítima, restringir sua liberdade ou isolá-la do convívio social. Neste sentido os adultos tendem a depreciar as vítimas tornando-as pessoas com baixa autoestima.

Esse tipo de violência produz sérias seqüelas em suas vítimas e em se tratando de adolescentes, afetam o seu desenvolvimento, bem como seu processo de socialização. Neste sentido, Sanches e Minayo (1994) afirmam que as vítimas deste tipo de violência muitas vezes apresentam distúrbios tanto do crescimento como do desenvolvimento social e intelectual, ou seja, comprometendo a vida da vítima de uma forma geral, e desencadeando sentimentos dos mais variados tipos como agressividade, passividade, depressão entre outros. É mister lembrarmos que este tipo de violência é o único que não se materializa, o que torna difícil detectá-lo, e enfrentá-lo.

No que se refere à negligência ou omissão diz respeito à ausência, a negação, ou a deserção de cuidados necessários à alguém de deveria receber atenção e cuidados quando isso é essencial ao seu desenvolvimento sadio. A negligência pode se apresentar de dois tipos:

física e emocional. A negligência física se expressa na falta de cuidados higiênicos com crianças, além de acidentes domésticos frequentes, a falta de vacinação, e atraso escolar por exemplo.

A violência contra crianças e adolescentes implica de um lado, transgressão do poder de proteção do adulto e de outro, coisificação da infância, isto é, negação do direito que a criança e adolescente têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento. (Day, et al, 2003.p.13)

Fato é que historicamente as crianças foram e ainda são, em alguma medida, vistas como objeto de decisões dos adultos, sendo negligenciadas e exploradas, tendo sua cidadania violada dentro do seu próprio lar por pessoas que elas deveriam poder confiar.

Só quando a sociedade passa a se preocupar com os direitos tanto da infância quanto da adolescência é que o problema da violência doméstica vem à tona. No entanto mesmo tendo os direitos reconhecidos a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, esse segmento continua a ter seus direitos violados na contemporaneidade.

Os diversos tipos de violência, por se produzirem e reproduzirem no ambiente doméstico são de difícil detecção e resolução. Assim, sem conseguir enfrentar a violência em casa, os adolescentes terminam de alguma maneira levando para outros espaços, mesmo de forma invisível, as consequências dos atos violentos vividos, na maioria das vezes sem que esta violência seja desvelada.

Nesta perspectiva, a escola apresenta-se como espaço privilegiado onde os efeitos da violência doméstica podem aflorar, pois para além da instituição familiar é na escola que os adolescentes passam boa parte de suas vidas.

Nesse sentido os adolescentes vitimizados podem desenvolver sentimento de impotência, mudança de comportamento, ou comportamento agressivo, baixo rendimento escolar, baixo auto-estima, sofrimento psíquico, passar a usar de drogas, e até mesmo a evasão escolar. Percebe-se aí a violência desencadeando diversos problemas e até mesmo outras formas de violações.

Essa violência com consequências que podem passar despercebidas em instituições como a escola, carece de um olhar atento dos profissionais envolvidos, que identifiquem atitudes e comportamentos diferentes. Não para enquadrá-los como fora dos padrões ditos “normais” pela sociedade e que estigmatizam o jovem como “aluno problemático”, mas como

sinais que merecem atenção especial no desvelamento e enfrentamento de questões que interferem no pleno desenvolvimento escolar e na sociabilidade de indivíduos em formação.

De acordo com Goffman (2008) “A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias”. Neste sentido a prática de estigmatizar está presente nas relações estabelecidas com o outro.

É a partir deste pensamento descrito por Goffman que podemos pensar a realidade de adolescentes que já estão invisíveis na escola e passam a viver sob o impacto do estigma que lhe é projetado, seja com o rotulo de aluno rebelde, ou aquele que não participa, não interagindo, muitas vezes protagonistas de conflitos que ocorrem entre alunos e entre alunos e professores.

As análises até então apresentadas, acerca da violência doméstica contra adolescentes são fundamentais para a compreensão do impacto desse tipo de violência na vida desta parcela da população, ou seja, como estes estão expostos a situações de violações de seus direitos e como é necessário, para o enfrentamento da violência garantir tais direitos. Neste sentido, apresenta-se a seguir o sistema de garantia de direitos da infância e juventude e problematiza-se as suas violações.

2.2 - O sistema de garantia de direitos no enfrentamento da violência doméstica

Conforme análise de Vinagre e Pereira (2008) “Os sistemas de proteção aos direitos humanos constituem um conjunto articulado e descentralizado de instrumentos, mecanismos, órgãos e ações operadas por defensores de direitos, com vistas a garantir sua promoção”. Neste sentido o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente é fruto destas articulações funcionando a partir da integração do Estado com a sociedade civil. O funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para que tais direitos se efetivem devem se articular nos níveis federal, estadual, distrital e municipal. Assim o Estatuto da criança e do Adolescente (ECA) – lei n.º 8.069/90 faz parte deste sistema de proteção aos direitos humanos.

O ECA é uma norma geral de proteção integral desta parcela da população. Tal sistema só passou a existir após séculos de negação dos direitos fundamentais da infância e da adolescência, bem como na negação do exercício da cidadania desse segmento.

A legislação específica para crianças e adolescentes, surge no Brasil em 1979, sob a lógica da assistência e vigilância ao menor de 18 anos: o Código de Menores, que era destinado apenas aos que estavam em situação considerada irregular como os abandonados, vítimas de crime ou por praticar algum delito. Nesse sentido pode-se afirmar que essa legislação tinha por objetivo maior regular e punir crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social a partir da lógica da criminalização da pobreza.

O fenômeno da criminalização da pobreza de acordo com Torres (2010) diz respeito à um pensamento ideológico de uma sociedade desigual elitista e conservadora que trata a pobreza como uma questão moral, nesse sentido, entendem que os jovens pobres são os mais violentos. Este entendimento se expressa no movimento excludente tanto de uma parcela da sociedade como do próprio Estado que se traduz na ausência de políticas públicas voltadas para a população menos favorecida economicamente.

Assim o Estado se faz presente menos pelo respeito às garantias sociais e mais pela repressão e violação de direitos através de do seu braço armado: a polícia e também a justiça que oferecem acesso e tratamento discricionário para as diferentes classes sociais, resultando na criminalização da pobreza, onde as maiores vítimas são os jovens negros e moradores de comunidades consideradas perigosas, por essa lógica discriminatória.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) surge, portanto em 1990, a partir da mobilização da sociedade através dos movimentos sociais e de diferentes profissionais, principalmente aqueles da área da saúde, em defesa dos direitos da infância e juventude⁵ buscando se opor à lógica repressiva e discricionária do Código de Menores a partir do reconhecimento de crianças e jovens como sujeitos de direitos perante a família, a sociedade e o Estado.

O ECA em seu artigo 2º - para efeitos legais, considera criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquela entre doze e dezoito anos de idade. É importante ressaltar que a Organização das Nações Unidas define adolescentes como indivíduos de 10 a 19 anos de idade, já o Estatuto da Juventude⁶ estabelece que são jovens aqueles que estão na faixa etária entre 15 a 29 anos de idade.

⁵ O termo juventude refere-se ao período do ciclo da vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos e durante o qual se produzem importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e gênero. (OLIVEIRA, p. 15).

⁶ O estatuto da Juventude é uma declaração de direitos e deveres dos jovens, acrescida de uma estrutura jurídica mínima que permite aos jovens avaliar, formular, executar e avaliar as políticas públicas de juventude, ou seja é

O ECA é estruturado em duas partes: a primeira parte divide-se em dois títulos, os direitos fundamentais tanto da criança quanto do adolescente, distribuídos em cinco capítulos. Estes capítulos tratam do direito à vida, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à convivência familiar, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, além do direito à profissionalização e à proteção no trabalho

A segunda parte intitulada parte especial trata dos instrumentos para efetivar os direitos fundamentais e assim aborda as políticas de atendimentos, as medidas de proteção, os atos infracionais, as medidas pertinentes aos pais ou responsáveis, o papel do conselho tutelar, versa ainda sobre o acesso a justiça, bem como sobre os crimes e infrações administrativas.

Assim podemos afirmar que o ECA é um instrumento importante no sistema protetivo de direitos, além de representar uma conquista da sociedade. Mas para que de fato ocorra a efetivação dos direitos desta parcela da população, o sistema de garantia de direitos deve ter uma articulação entre a promoção, a defesa, o controle e efetivação desses .

No Brasil temos a instância máxima de formulação, deliberação e controle das políticas públicas para a infância e a adolescência: o Conselho Nacional dos direitos da Criança e do adolescente (CONANDA) que encontra-se na esfera Federal e foi criado pela Lei 8.242 de 12 de outubro de 1991 com o objetivo efetivar os princípios e diretrizes contidos no ECA bem como fiscalizar as ações de promoção dos direitos desta categorias. É a partir desta Lei que se efetivam órgãos, em todos os estados brasileiros, no enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente.

A partir da lógica de criação do CONANDA outros órgãos também foram criados para garantir os direitos e evitar a violência atuando em três eixos: a defesa, a promoção e o controle e a efetivação dos direitos.

Trabalham em prol da defesa dos direitos os órgãos públicos judiciais, o ministério público, especialmente as promotorias de justiça, as procuradorias gerais de justiça, a defensoria pública, a advocacia geral da união e as procuradorias gerais dos estados, além das polícias, conselhos tutelares, ouvidorias e as entidades de defesa dos direitos humanos incumbidas de prestar proteção jurídico – social.

um instrumento jurídico – político para promover os direitos dessa parcela da população, reconhecendo que estes são atores sociais estratégicos para a transformação e melhoria do Brasil.(ESTATUTO DA JUVENTUDE, p. 138-139 2004). O estatuto foi aprovado em 15 de fevereiro de 2012.

No que se refere à promoção dos direitos existe a política de atendimento aos direitos humanos, tanto da criança quanto do adolescente, a qual se operacionaliza em três tipos de programas, serviços e ações públicas: 1) serviços e programas das políticas públicas, especialmente das políticas sociais, afetos aos fins da política de atendimento dos direitos humanos de crianças e adolescentes; 2) serviços e programas de execução de medidas de proteção de direitos humanos e 3) serviços e programas de execução de medidas socioeducativas e assemelhadas.

Já o eixo do controle e efetivação se concretiza a partir de instancias públicas colegiadas próprias, ou seja, os conselhos de direitos de criança e do adolescente, conselhos setoriais, de formulação e controle de políticas públicas, os órgãos e poderes de controle internos definidos na Constituição Federal e também através da participação da sociedade civil⁷.

A partir do exposto acima se compreende que todos esses órgãos visam cumprir o que define o artigo 86 do ECA “[...] através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos estados, do Distrito federal e dos municípios”.

No que diz respeito, especificamente à violência contra a criança e o adolescente, o referido Estatuto aborda a questão em vários artigos dentre estes destaca-se o Artigo 5º:

Art. 5º - Nenhuma Criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligencia, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990).

Porém para garantir a efetividade desta lei é imprescindível a participação ativa da sociedade de forma geral. Neste sentido o Estatuto na parte especial, capítulo II, trata das infrações administrativas e ainda prevê punições para aqueles que detectarem uma situação de violência e não informarem as autoridades competentes. Dentre os vários artigos destaca-se o Art. 245:

Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré – escolas ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus – tratos contra criança ou adolescente (BRASIL, 1990).

⁷ Disponível em: <<http://www.sedh.gov.br/clientes/sedh/sedh/spdca/sgd>> acesso em 25/09/2012

Assim, o Eca estabelece procedimento a ser seguido no caso de violência contra adolescentes, que é denunciar aos órgãos de proteção tais como: o Conselho Tutelar, conselhos de direito, promotoria , juizado da infância e da juventude, delegacias de proteção à criança e ao adolescente, centros de defesa e defensoria pública.

Diante da realidade atual das situações de violência, a denuncia dos casos, por parte dos profissionais principalmente da saúde e da educação, bem como da sociedade em geral é um instrumento fundamental no combate a violência doméstica.

É preciso portanto, que os profissionais que lidam com crianças e adolescentes, para além de estarem atentos aos sintomas da violência nos espaços onde estão inseridos, tenham clareza das muitas transformações ocorridas na construção da infância e da adolescência ao longo da historia, reconheçam as diversas conquistas no âmbito dos direitos, e percebam que na sociedade contemporânea a infância e a adolescência ganharam nova configuração e portanto hoje a violência no âmbito familiar é criminalizada.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais, sem prejuízo da proteção integral de que trata a lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. (BRASIL, 1990).

Dessa forma, o ECA estabelece direitos e define os meios pelos quais estes direitos devem ser garantidos, porém é importante ressaltar que isso requer ações articuladas entre o Estado, a família e a sociedade em geral formando uma rede em defesa dos direitos desta parcela da população. É importante também o controle social no processo de garantia de direitos. Percebe-se, entretanto, que não só o Estado, mas também a sociedade de uma forma geral, devem ser capazes de assegurar as garantias dessa parcela da população, transformando o quadro atual de situações de violações de direitos que ocorrem cotidianamente, até mesmo em algumas instituições que deveriam protegê-los.

Capítulo 3

3 - Princípios Metodológicos

Procuraremos agora, tratar dos princípios metodológicos utilizados no presente trabalho de conclusão de curso que objetiva discutir as consequências do fenômeno violência doméstica na vida acadêmica e na sociabilidade dos estudantes contemplados pela Política da Assistência estudantil, incluídos no programa de Apoio ao Estudante (PAAE) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) em Santo Amaro, Bahia.

A inserção como estagiária de Serviço Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Campus Santo Amaro, suscitou o interesse por pesquisar a temática da violência doméstica, presente nas demandas postas para o Serviço Social da instituição, e observadas a partir da aplicação dos instrumentais técnicos do serviço social como a entrevista social, estudo sócio econômico e também nas atividades individuais e grupais, onde se detectou que estudantes eram submetidos a diversos tipos de violência associados aos abusos físicos, psicológicos, verbal e sexual dentro dos seus lares.

Entendendo que a violência também se encaixa no conceito de ruptura de qualquer forma de integridade da vítima, pode-se afirmar que quando esta vítima é um adolescente as consequências tendem a ser mais complicadas, pois estes ainda estão num processo de formação de identidade onde existe uma ‘inter-relação entre os aspectos individuais, a socialização, o desenvolvimento cognitivo e os valores construídos ao longo das experiências vividas’. (SILVA & PEREIRA, p.911, 2008).

Partindo desse entendimento e a partir da constatação da ocorrência de violência doméstica através dos relatos dos alunos do IFBA quando de suas inclusões no programa de Apoio ao Estudante, surgiu a necessidade de pesquisar esse importante fenômeno, entendendo sua influência no desenvolvimento acadêmico e na sociabilidade dos estudantes, investigando se existem comportamentos violentos entre os estudantes do IFBA de Santo Amaro além de observar se há relação entre a violência doméstica, o comportamento dos jovens na escola e o rendimento escolar.

Assim, a pesquisa que subsidiou este trabalho foi realizada, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) campus - Santo Amaro, criado no ano de 2006, pelo programa de expansão de educação Profissional do Governo Federal objetivando ampliar o acesso à educação pública e de qualidade para a população residente nos municípios

do interior do Estado e que tem por finalidade formar e qualificar profissionais nos vários níveis e modalidades de ensino, com atuação prioritária na área tecnológica, para os diversos setores da economia.

O IFBA atende a uma demanda diversificada, visto que são jovens oriundos de classes sociais diferentes, além de alguns terem cursado escolas públicas e outras escolas privadas os quais podem ser inseridos nos seguintes cursos: Modalidade integrada; Modalidade subsequente (Eletromecânica e Tecnologia da informação); Educação de jovens e adultos (Segurança do trabalho); Nível superior (Licenciatura em computação).

Para o desenvolvimento do estudo foi utilizado o método dialético e pesquisa qualitativa. Segundo Chizzotti (2008) a pesquisa qualitativa é um método que trabalha com o universo de significados, crenças, valores e atitudes levando em consideração os significados que os indivíduos dão às suas ações. Assim considera-se que na investigação qualitativa há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Dessa forma, ao escolher o método que melhor desvendasse o fenômeno da violência doméstica e sua repercussão na vida acadêmica e na sociabilidade dos estudantes contemplados pela Assistência Estudantil incluídos no Programa de Apoio ao Estudante (PAAE) 2011 do IFBA Santo Amaro, levamos em consideração essa relação que se estabelece entre o mundo real e o sujeito.

Também de acordo com o pensamento de Minayo (2008) a pesquisa qualitativa permite ao entrevistador captar a realidade social por trabalhar com as crenças e os significados que os indivíduos dão às suas ações levando em consideração o contexto em que estes estão inseridos.

A coleta de dados se apoiou no procedimento técnico de entrevista semi-estruturada. A amostra foi selecionada a partir dos seguintes critérios: jovens de 16 a 20 anos, inscritos no (PAAE) 2011⁸, que vivenciaram ou sofreram violência doméstica.

Esta pesquisa delimita a faixa etária entre 16 e 20 anos, pois está baseada no Estatuto da Criança e do Adolescente bem como no Estatuto da Juventude que, de forma normativa, define juventude no Brasil de quinze a vinte e nove anos.

Após a identificação dos estudantes vítimas de violência doméstica, através dos questionários utilizados pelo Serviço Social no processo seletivo para ingresso no (PAAE) os

⁸ O PAE 2011 contou com 101 estudantes inscritos e aproximadamente 90 deles vivenciaram conflitos familiares violentos e nove deles tem histórico de violência doméstica.

estudantes foram convidados a participar das entrevistas no próprio IFBA esclarecendo individualmente o objetivo da pesquisa de forma clara, além de se solicitar a permissão para o uso do gravador durante as entrevistas.

Garantiu-se o anonimato nas entrevistas utilizando-se nomes fictícios. Foi realizado um total de cinco entrevistas individuais no período de 09 a 18 de Maio de 2012.

As entrevistas foram agendadas com antecedência com as jovens, ao tempo em que foi solicitada a permissão da Instituição para a realização da pesquisa. Todas as entrevistas foram realizadas no próprio IFBA e as estudantes escolheram o horário e local que lhes fosse mais conveniente.

As entrevistas ocorreram de forma bem tranqüila e foram realizadas nos horários vagos de aula, a maioria pela manhã e apenas uma no turno vespertino.

Das cinco entrevistas, duas tiveram que ser remarçadas, pois um professor resolveu utilizar o horário vago de aula em que realizaríamos as entrevistas.

A primeira entrevista ocorreu na biblioteca, pois neste horário o espaço estava tranqüilo, já que a maioria dos alunos estava em aula. A segunda entrevista ocorreu num local dentro do IFBA onde os jovens costumam se reunir na hora do intervalo. Um ambiente ao ar livre, arborizado com bancos e mesas e também bastante tranqüilo. A terceira e a quarta entrevistas aconteceram em salas de aula que se encontravam disponíveis nos horários agendados. A quinta entrevista ocorreu ao ar livre em baixo de uma árvore. É importante ressaltar que as entrevistadas puderam escolher os locais das entrevistas o que parece ter lhes dado mais segurança e tranqüilidade na hora de responder as perguntas, já que estavam em ambiente com o qual se identificavam e se sentiam seguras. As entrevistas ocorreram de forma bem dinâmica o que facilitou a comunicação entre entrevistadora e entrevistadas.

A entrevista, de acordo com MARCONI, LAKATOS (2007, p.93-94) é um processo de interação entre pesquisador e pesquisado, com o objetivo de apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam. Objetivando conhecer esses sujeitos de forma profunda, a entrevista semi-estruturada foi importante neste estudo na medida em que ela permitiu ao entrevistador conduzir o processo da forma que considerou mais adequado, explorando o tema tratado de forma mais ampla.

Assim na medida em que a entrevista semi estruturada combina perguntas fechadas e abertas, foi possível colher informações das estudantes sobre o tema proposto, sem respostas

pré-fixadas. A observação favoreceu capturar além da fala das entrevistadas momentos em que houve emoções e expressões por parte das entrevistadas.

Para análise dos dados, utilizou-se o método de análise de discurso, a partir do estudo de determinadas categorias e seus significados, presentes nas falas das entrevistadas. De acordo com Fernandes (2007,P.21) analisar o discurso implica interpretar os sujeitos falando, tendo a produção de sentidos como parte de suas atividades sociais. “A ideologia se materializa no discurso que por sua vez, é materializado pela linguagem” [...]

Assim para analisarmos o discurso, temos que levar em consideração que o mesmo não é fixo e depende do contexto social. Neste sentido a noção de discurso está permeada por determinantes históricos sociais.

A pesquisa teve por referencial teórico o materialismo histórico dialético entendendo que é através da história que se percebe a produção do discurso, que por sua vez, sempre aparece como legitimador de determinado fato histórico.

Portanto se o discurso representa manifestações históricas, se conecta com o referencial materialista histórico, pois o mesmo trata de analisar dada realidade a partir da produção social e das transformações sociais. De acordo com Fernandes (1989, p. 510)

A História da vida cotidiana e do presente em processo, encarada da perspectiva do materialismo histórico, propõe-se a lidar, simultaneamente, com os fatos históricos que permitem descrever tanto o “superficial”, quanto o “profundo” na cena histórica.

Também de acordo com Minayo(1994) e Arendt (2004) as situações de violência não podem ser dissociadas das relações estruturais de uma sociedade.

A dialética é portanto o fio condutor do materialismo histórico por permitir o entendimento de uma dada realidade social a partir das transformações antagônicas. Para Kolder (1981) a dialética “é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação.”

Neste sentido a dialética busca trabalhar os dados qualitativos da história humana a partir de uma perspectiva da totalidade construída: “a dialética confere ao investigador a capacidade de apanhar o que é dinâmico, em uma forma antagônica de sociedade, em todos os níveis de sua organização e transformação históricas” (FERNANDES, 1989,p. 126).

Portanto esta pesquisa buscou através do método dialético a compreensão do fenômeno da violência contra jovens numa perspectiva crítica reflexiva da realidade destas adolescentes, considerando que a realidade social é construída historicamente e repleta de contradições. No próximo capítulo, procederemos à análise das entrevistas.

Capítulo 4

4 - A violência doméstica descortinada por estudantes do IFBA: Análise dos discursos

Apontar as consequências que o fenômeno da violência doméstica pode provocar na vida de adolescentes é um desafio que se coloca atualmente. De acordo com Sanchez e Minayo (2006)

A violência intrafamiliar é aquela que ocorre no lar. [...] Quando numa casa se observam maus tratos e abusos contra alguns de seus moradores, é quase certo de que quase todos acabam sofrendo agressões, embora com diferença hierárquica. Estudos têm mostrado que as crianças são as maiores vítimas, pois a raiva os ressentimentos, as impaciências e as emoções negativas dos outros membros as atingem como se elas fossem uma válvula de escape [...] Sua fragilidade física e de personalidade as tornam alvos fáceis do poder dos adultos.

Podemos perceber a partir da citação que a lógica de resolver os conflitos no âmbito familiar através de atos violentos vem ao longo de nossa história se constituído e se consolidando como normas culturais, é esse universo que procuraremos descortinar a partir de agora através das análises das entrevistas efetuadas.

4.1 – Breve perfil da população pesquisada

As cinco jovens entrevistadas para a realização deste estudo, alunas do IFBA contempladas pela Assistência Estudantil e incluídas no Programa de Apoio ao Estudante (PAAE) possuem entre 16 e 20 anos e não diferem muito no seu perfil sócio econômico: vivem em sua maioria com pais e irmãos – apenas uma reside com avó e tios, são pobres, com renda mensal familiar entre um e dois salários mínimos e em relação à raça/etnia se declaram pretas ou pardas – só uma se identificou como sendo branca .

Três delas estudavam no turno vespertino cursando o quarto ano do curso de Tecnologia da informação, uma delas cursava o terceiro ano do curso de informática também no período vespertino e a outra era aluna de segundo ano do Curso de eletromecânica no turno matutino.

A partir das cinco entrevistas realizadas com as jovens estudantes contempladas pela Assistência Estudantil incluídas no Programa de Apoio ao Estudante (PAAE)2011, podemos afirmar que quatro das jovens foram socializadas no modelo de família nuclear composto por pai, mãe e filhos. E uma das jovens foi socializada num modelo de família reconstruída.

Esse breve perfil descortina que as jovens são oriundas de famílias em situação de vulnerabilidade social, no que diz respeito à condição econômica e social, entretanto não se pode dizer que estes seriam fatores determinantes para a ocorrência da violência doméstica, já que de acordo com as poucas pesquisas existentes, esse tipo de violência contra crianças e adolescentes pode acontecer em diferentes culturas ou classes sociais e independente de etnia ou gênero.

Constatar que essas jovens foram criadas em modelos de família nuclear e que tiveram os pais e responsáveis por sua socialização como agressores “implica, de um lado, transgressão do poder de proteção do adulto e, de outro, coisificação da infância, isto é, negação do direito que Crianças e Adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento” (Azevedo & Guerra, 1997). Essa “coisificação” da infância e adolescência não é apenas uma prerrogativa da família, mas também do Estado em sua omissão no cumprimento do que está previsto no ECA.

4.2 – Da violência e do agressor

Com relação a tipificação de violência doméstica sofrida, todas afirmaram sofrer ou ter sofrido vários tipos de violência doméstica e sinalizaram que os agressores foram em sua maioria seus pais ou padrastos, mas também houve relato de mãe agressora, como atestam seus discursos:

“o agressor lá em casa é meu pai...sim a (violência) física e a verbal e psicológica, quem me agrediu foi meu pai, mas eu fugi de casa”. (Joice, 20, anos).

[...] “meu pai” (Alexa, 16 anos).

“A minha mãe me agride” [...]. (Jamile, 17, anos).

[...] “quem cometia era o meu padrasto”. (Laisa, 19, anos).

Assim, a cultura também é um fator determinante na construção da violência doméstica contra adolescentes, pois é esta mesma cultura que vai determinar as normas, valores e costumes das relações familiares e também influenciar na distribuição do poder implícito na hierarquia do lar. Em geral nesses casos o poder é concentrado na figura do pai e utilizado de forma equivocada pode se consolidar na violência doméstica. Sobre isso Saffioti (1989, p.13-21) atribui o conceito de Síndrome do pequeno poder, na tentativa de explicar

como se estabelece a relação destrutiva entre pais e filhos, a partir das relações interpessoais hierárquicas e transgeracionais onde os pais abusam de seu poder e autoridade sobre os filhos, tendo respaldo da sociedade.

Também é interessante a contribuição de Monteiro (2010) que chama atenção para uma prática que está arraigada em algumas famílias que utilizam algum tipo de violência com o objetivo de educar os filhos, esta é uma prática incentivada por uma cultura machista que se consolidou em nossa sociedade.

De todo modo a violência de pais contra filhos não pode ser tratada equivocadamente numa lógica de única causa e efeito, polarizando de um lado o agressor que seria motivado por uma questão de índole e do outro a vítima. Esta questão deve, na verdade ser entendida como pluricausal e determinada por uma dinâmica social, cultural, econômica e política que reverbera em todos os segmentos da sociedade, causando vítimas indiscriminadamente.

Outro elemento importante em relação aos agressores diz respeito ao uso de drogas ilícitas pelos mesmos (pais, uma mãe, um padrasto), presente no discurso das cinco adolescente/jovens entrevistadas. Estes pais ou responsáveis são, portanto usuários de drogas ou alcoolistas.

[...] “minha mãe estava sempre bêbada “[...](Jamile, 17 anos).

[...] “Ele bebe muito e usa drogas”[...](Laisa,19, anos)

[...] “O meu pai é muito agressivo ele bebe muito”[..] (Monique 18, anos).

Estas informações corroboram com a defesa de alguns autores sobre o fato das drogas lícitas e ilícitas potencializarem os eventos de violência doméstica, na medida em que representam uma situação de vulnerabilidade social.

Quanto ao tipo de violência:

“Já sofri todo tipo de violência inclusive tentativa de violência sexual”[...] (Joice, 20, anos).

“sim a verbal meu pai e também convivo com uma cunhada que sofreu violência sexual no caso dela foi o padrasto” (Alexa, 16 anos).

“ Sim agressão física, e moral” (Jamile, 17, anos).

Como é possível perceber, a violência nunca é apenas de um tipo, mas vem acompanhada de outras modalidades, assim, uma jovem que é abusada fisicamente, geralmente é abusada também psicologicamente.

Saffioti (2004) destaca que: “A violência física, emocional e moral não ocorrem isoladamente. Qualquer que seja a forma assumida pela agressão, a violência emocional está sempre presente [...]”.

No entanto, entre as diversas modalidades de violência relatada pelas jovens a violência psicológica se apresentou, segundo suas falas com maior poder destrutivo nas suas vidas.

Para maioria das entrevistadas este tipo de violência é muito pior que a violência física, por que elas não conseguem esquecer, levam para os diversos espaços onde estão inseridas como, por exemplo, a sala de aula.

Sanchez e Minayo(1994) afirmam que as vítimas de violência psicológica apresentam distúrbios não só físicos, como em relação ao crescimento, sequelas no âmbito social e intelectual, o que pode comprometer suas vidas em várias searas e gerar sentimentos e comportamentos como agressividade, apatia, depressão entre outras consequências.

Ferreira (2002) ao abordar as formas da violência doméstica também afirma que “a tipificação nos parece ter mais um efeito didático visto que, na prática, geralmente os vários tipos estão presentes na mesma vítima”

4.3 - O início da violência

Constatou - se que todas as entrevistadas começaram a sofrer violência ainda na infância.

“Sempre, desde pequena”(Monique, 18, anos)

“ há muito tempo, por volta dos nove anos,é que comecei a sofrer ainda criança” ”.(Joice, 20 anos)

“ acho que desde de bebê por que numa discussão minha mãe falou para meu pai você não presta maltrata está criança antes mesmo dela nascer). (Alexa, 16 anos).

Essa situação é bastante delicada se pensarmos no quanto o bebê ou a criança em tenra idade é dependente dos pais ou responsáveis para sobreviver, se desenvolver e se socializar. Segundo Ferreira:

“ Caso seu desenvolvimento inicial se estabeleça através de relações afetivas acolhedoras, amorosas, estarão favorecidas as condições para que, gradativamente, saia da posição de objeto de cuidados para a de sujeito humanizado, diferenciado, capaz de construir sua própria história, suportando as condições de falta impostas pela cultura e sempre buscando preenchê-las através dos meios socialmente aceitos. Caso contrário, permanecerá na condição de objeto, como coisa da qual se pode dispor. Relações baseadas na coisificação do outro geram vitimização e caracterizam-se como violentas.” (FERREIRA, 2002)

Entretanto, para que as famílias possam oferecer condições satisfatórias de criação aos filhos precisam também estar amparadas social e culturalmente. Assim, se o que a família tem é violência por parte do Estado, então irá reproduzir também violência nas relações intrafamiliares. Essa violência mais ampla que gera a violência doméstica, é marcada pelas desigualdades nas relações sociais de classe, de gênero, de raça/etnia e repercute nas relações familiares no ato de cuidar, distorcendo este ato que implica em envolvimento afetivo com quem se cuida, como afirma Boff(1999): “Cuidar é mais que um ato ; é uma atitude. Portanto, abrange mais que um momento de atenção, de zelo, e de desvelo. Representa uma atitude de ocupação, de preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro.”

4.4 Outras vítimas de violência na família

A ocorrência de outras pessoas que sofrem violência na família foi confirmada por todas as entrevistadas, seus relatos afirmam que suas mães, irmãos e irmãs também são vítimas da violência doméstica, que conforme falamos, tem os pais como os maiores agressores. Relatam também conhecerem algumas amigas que sofrem violência, mostrando que o cotidiano de violência não é algo raro, mas que faz parte da realidade de muitas jovens.

“sim quase todos os dias meu irmão e minha mãe (sofrem violência) é constante as agressões físicas, verbais mas vai além disso”.

“Sim minha mãe já agrediu meu pai e meu pai já agrediu a minha mãe e também teve as minhas irmãs, mas hoje só eu e ela, minha mãe. Além disso, já ouvi o relato de uma amiga que sofre violência sexual: é cruel! Você consegue ver que outros sofrem talvez mais que você” (Jamile, 17 anos).

“Sim meu irmão” (Laisa 19 anos).

Os relatos das jovens revelam que suas mães também tiveram histórico de violência doméstica, mostrando uma cadeia de reprodução dessa forma de violência no seio da família, em especial contra as mulheres.

De acordo com Saffioti (2004) “Violência de gênero, inclusive em suas modalidades familiar e doméstica, não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero, que privilegia o masculino”.

Neste caso o pensamento de Grossi (1998) ajuda a entender como as categorias de gênero são construídas de forma hierarquizada, onde o gênero masculino se sobrepõe e subjuga o gênero feminino: “[...] Gênero é uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual”.

Torna-se relevante perceber que essa construção de gênero marcada por fatores históricos e culturais, vem ao longo de nossa história gerando diferentes hierarquias determinando assim o papel que homem e mulher representam na sociedade. É a partir desta perspectiva hierárquica desenvolvida e consolidada em nossa sociedade, que no interior de muitas famílias, como demonstra a fala das entrevistadas, as mulheres continuam suportando, “o destino de gênero traçado para as mulheres: sujeição aos homens sejam pais ou maridos”. Saffioti (2004)

4.5 O Olhar das entrevistadas sobre a violência sofrida

Como foi possível perceber no perfil traçado, o modelo de família nuclear foi aquele em que a maioria das jovens foi socializada e foi neste ambiente familiar que elas passaram a conhecer e conviver com a violência. A violência na fala das mesmas é entendida como um fenômeno de destruição retirando delas o amor o respeito, a vida com dignidade, ou seja, é

também uma situação de violação de seus direitos. Isso revela que apesar de existir uma lei que protege os adolescentes ela é constantemente violada por quem deveria protegê-los e amá-los. É o que atestam seus depoimentos:

“Então a violência para mim é isso destruição, quem agride é um destruidor destrói além da sua família, destrói a família inteira envolve outras pessoas. Afeta todos [...] é como já te falei destrói tudo os laços, o carinho, você não sabe mais que sentimento tem se é ódio, raiva...é tudo junto, você desconhece seu pai e você mesma. Fico sempre deprimida buscando refugio, se pudesse não voltaria mais para casa. Acho que tenho culpa também porque ele já tá drogado e eu respondo ou tento defender minha mãe.. é isso... destruição mesmo”. (Monique 18 anos)

“É qualquer ato que venha agredir fisicamente, verbalmente, emocionalmente, seja na família, que venha machucar uma pessoa sendo parente ou não, a violência destrói tudo, o afeto, você pensa que não é ninguém.”(Laisa, 19, anos).

“É algo que já fugiu o limite. Engloba muita coisa: falta de respeito, de amor, de tudo. A culpa não é só do pai ou da mãe agressora é do filho também que responde. Acho que se a mãe já está bêbada porque o filho responde então? A culpa é de ambos, é falta de respeito, não existe mais nada, nenhuma forma de amor”. (Jamile,17 anos).

Com base nas entrevistas, podemos afirmar que todas as jovens estudantes tiveram seus direitos violados pelos seus próprios pais, neste sentido a família se apresenta como local de sociabilidade violenta. Este ambiente permeado por violência é capaz de gerar nas vítimas diversos sentimentos e é válido destacar o sentimento de culpa presente no discurso das entrevistadas.

Isso confirma o pensamento de Saffioti (p.25, 2004) “Ainda que, a rigor não tenha nenhuma culpa tampouco responsabilidade, não se vê como vítima que realmente é, mas como copartícipe”. Assim, as vítimas terminam sentindo-se culpadas pela violência sofrida, ou seja, acreditando que elas mesmas provocaram a atitude violenta do agressor ou agressora, não conseguem ter a dimensão que são apenas vítimas de uma violência que está associada às questões estruturais do nosso país, que vem produzindo e reproduzindo violências de variadas formas ao longo da história.

Como analisa Sacher e Minayo, (p.29, 2006)

A violência contra criança e adolescentes acompanha a trajetória da humanidade desde os tempos antigos até o presente. É, portanto uma forma secular do relacionamento das sociedades, variando em expressões e

explicações. Sua superação se faz pela construção histórica que “desnaturaliza” a cultura adultocêntrica, dominadora e patriarcal da sociedade brasileira.

Assim, a família que deveria proteger, garantir afeto, ou seja, iniciar a socialização desta parcela da população apresenta-se como violadora de seus direitos infligindo-lhes a violência. Ainda de acordo com Sanchez e Minayo (2006) a violência doméstica é uma expressão da violência estrutural e afeta diretamente as condições de vida dos adolescentes. “a partir de decisões histórico-econômicas e sociais”. O que confirma que a família antes de violar direitos e ser violenta, também tem seus direitos violados, também é violentada.

4.6 - Consequências da violência na sociabilidade

Foi consensual nos discursos das jovens que este tipo de violência trouxe sequelas para suas vidas através da mudança de seus comportamentos, o que confirma o pensamento de Sanchez e Minayo (1994) ao relatarem que adolescentes que sofrem violência doméstica apresentam sérias consequências em vários aspectos de suas vidas, tanto no físico quanto emocional. Percebe-se no discurso das jovens que a exposição a atos de violência no ambiente doméstico causou danos irreparáveis nas suas vidas e nos seus seres. A vivência da violência tem levado as jovens a desenvolverem sentimento de revolta, baixa auto estima, sentimento de medo e desconfiança, e relato inclusive de tentativa de suicídio. O que pode ser percebido no discurso das entrevistadas:

“Eu fico agressiva, meu irmão também, e não só por sofrer, mas também por presenciar”.(Monique,18 anos).

“Com certeza o adolescente como está na fase do ver e fazer ele termina reproduzindo aquilo que foi acostumado. O adolescente termina levando aquilo mais para frente, se torna no futuro um adulto agressor, futuramente, ou as vezes nem precisa ser futuramente a pessoa reproduz na escola acaba descontando em outras pessoas, como no meu caso”.(Joice, 20 anos)

“Os adolescente sofrem muitas consequências. No meu caso não é simplesmente a dor física...ah, se fosse era bom. Quando a gente é agredido ou se torna frágil ou forte. Eu já fiquei frágil, mas descobri que tinha que ser forte, porque mesmo você procurando ajuda não resolve tudo, a cabeça é sua você fica no fundo do poço, minha mãe me levou a este lugar”.[...] porque se eu ficar frágil chorando não gostar de mim, as pessoas não tem culpa... então não preciso mostrar isso para elas prefiro ser forte”. (Jamile 17 anos)

“O adolescente perde a confiança, fica arredio, não confia muito nas pessoas” (Laisa, 19 anos).

Segundo Ferreira (2002), a base para que os indivíduos desenvolvam recursos internos e externos que os tornem habilitados a manter relações solidárias no convívio social dependem da presença de adultos que exercitem sua autoridade de forma confiável e porque não dizer, através do afeto. Entretanto para que as famílias estabeleçam essa relação com seus filhos precisam também ter um respaldo, social e cultural.

Assim os relatos das jovens entrevistadas provam a dificuldade de se estabelecer relações solidárias ou mesmo de se expressar afetivamente quando se é vítima de violência na infância ou adolescência. Suas falas atestam que as ações violentas vivenciadas por elas geraram sentimentos que interferem nas suas relações com as pessoas, dificultando o relacionamento social, além de extravasarem mesmo em amigos, a raiva pelo ato de violência sofrido em casa.

Percebe-se também que a maioria das jovens, na tentativa de esquecer o problema, busca algum tipo de droga licita ou ilícita como refugio.

“Sim interfere sim como já falei sou agressiva principalmente quando sofro. No dia em que ele me agride ou vejo meu pai agredir minha mãe ou meu irmão, a primeira pessoa que falar comigo neste dia, extravaso descontro minha raiva e vou beber para ver se esqueço.[...] Sim como já falei meu irmão abandonou a escola, ele tem 13 anos ele quer ser matador. Acho que é destruição[.]Assim...eu perco a concentração, fico agressiva com todos, é verdade, extravaso com a primeira pessoa que encontro a minha raiva. Às vezes é um colega que me encontrou na rua, mas a maioria das vezes é na escola. Já briguei muito com a COTEP principalmente com a Pedagoga, mas também com Professores e amigos.É assim, aliás, é destruição mesmo. fico destruída bebo... bebo muito hoje bebo menos mais já bebi muito. De ficar com dor no fígado” (Monique, 18 anos).

“sim quem é violentado não confia mais em ninguém em casa, ou seja, nossos pais [...] não confio mais nos meus pais, que era para me dar segurança. A relação com os outros perde o valor”. (Alexa, 16 anos).

“O relacionamento com as pessoas é igual ao da escola, eu quero impor regras, mando, sou autoritária! Assim como minha mãe, me bate, me xinga em qualquer lugar. Eu na maioria das vezes faço com as pessoas, amigos, professores e colegas, mas é claro que não batendo, mas impondo o que quero e assim não fico frágil. [...] mas tenho medo de casar e ter filhos. Se eu ficar igual a minha mãe, será que meu filho ou filha vai ser igual a mim? vai suportar? Então essa violência que sofro não quero que as pessoas saibam e também não quero virar agressora, por isso hoje sou forte não demonstro, já me controlo. Mas quando você chega na escola e fica muito calada alguém te

pergunta o que foi ai você não quer falar por vergonha. Então pensam que sou arrogante ou mandona mas assim me sinto forte.” (Jamile, anos 17).

“Na relação com as pessoas no geral eu tinha dificuldade para confiar nas pessoas hoje em dia já tenho uma desconfiança normal, não confiar em quem não conhecemos essas coisas então melhorei um pouco...é...ainda desconfio[...] acho que algumas situações de violência pode ser isso, porque a gente fica com muito ódio e a depender da personalidade pode querer descontar aqui na escola ou em outro lugar. Eu não fico sozinha com professor, hoje já consigo conviver melhor com professores, mas nunca fico sozinha com eles ”. (Laisa,19 anos).

É perceptível a partir do discurso das jovens nas falas acima o quanto a violência e violação dos seus direitos vem causando danos a suas vidas, ao seu lado emocional, danos estes que são muitas vezes irreparáveis, e a aproximação com as drogas é um deles. Uma das entrevistadas relata ter chegado ao ponto que tentou cometer suicídio. A respeito das violências geradas pela violência doméstica Day tal al (2003) afirma que:

A violência contra crianças e adolescentes pode afetar todos os aspectos da vida da criança, como psicológico, físicos, comportamentais, acadêmicos, sexuais, interpessoais, espirituais, comprometendo a auto estima e estimulando a ocorrência de violência subsequente.

Assim, nas falas das entrevistadas observa-se que a violência doméstica independente da forma que se manifesta vida das jovens provoca sérios prejuízos principalmente no ambiente escolar já que afirmam terem atitudes agressivas ou arredias nas relações estabelecidas naquele espaço. Também é responsável pelo sofrimento psíquico e outras consequências como o uso abusivo de drogas.

Assim, o uso de drogas entre as vítimas surge como um refugio para os atos violentos vividos e também para esquecer alguma agressão que as vítimas tenham infligido a alguém.

[...] “No dia em que ele me agride ou vejo meu pai agredir minha mãe ou meu irmão, a primeira pessoa que falar comigo neste dia, extravaso descontento minha raiva e vou beber para ver se esqueço”. (Monique 18, anos).

“ Acho que todo adolescente que tem uma relação não tão boa dentro de casa acaba desenvolvendo vários...como é que diz? É como se fosse vários empecilhos, não consegue se relacionar bem nem ter um bom desempenho acadêmico...pode levar eles a buscarem outros meios para fugir dessa realidade. Acho que quem não tem estrutura, não tem conhecimento de mundo pode buscar as drogas, mas não resolve, você pode fugir por um tempo mas não vai resolver o problema. [...] sim busquei as drogas, mas não resolve piora”. (Joice, 20 anos)

[...] “Eu bebo e já pensei em usar droga” (Alexa, 16, anos)

Sabemos que a família é historicamente considerada uma instituição com muito valor. É nela que os adolescentes iniciam sua socialização, assim é a partir das relações que se estabelecem na mesma, que se estruturará o comportamento social dos adolescentes. No entanto em algumas famílias há uma socialização para a violência e o uso de drogas.

Percebemos na fala das entrevistadas que todas elas foram socializadas com pessoas que usam drogas ou são alcoólatras, é importante destacar que 4 delas passaram a utilizar drogas/ bebidas alcoólicas somente após sofrerem violência doméstica. Neste sentido o uso de drogas e o abuso do álcool por parte dos agressores potencializou a prática de violência contra as adolescentes, bem como gerou o uso de drogas pelas mesmas.

4.7 - Consequência na vida escolar

Detectou-se que este tipo de violência afetou a vida escolar de todas as jovens entrevistadas, comprovando que as vítimas deste tipo de violência reproduzem na escola os atos violentos vividos através de atitudes agressivas, falta de concentração nas aulas, baixa auto estima, baixo rendimento acadêmico. O que vem contribuindo para que estas jovens sejam vistas como indisciplinadas no ambiente escolar ou que não gostam de estudar. Outro ponto relevante é que todas as entrevistadas já foram para a final de varias disciplinas e até para o conselho de classe, conforme seus depoimentos:

[...] “comecei a tira notas baixas devido a falta de concentração não queria falar o que de fato acontecia na minha casa então os professores e o pessoal da cotep achavam que eu era arrogante e não estudava aí foi final e conselho de classe [...]”.(Jamile 17 anos).

“Sim, pela agressão psicológica, que a gente sofre, a gente se sente pressionado e a questão da falta da auto estima, as vezes atrapalha os estudos você pensa que não vai conseguir alguma coisa [...] fui para conselho de classe minha auto estima foi durante muito tempo baixo hoje é médio”. (Laisa 19 anos)

“Sim interfere. No caso o adolescente acaba reproduzindo ele vai ser violento é isso que acontece. Ele vai ser um aluno mais agressivo a eu mesma tenho diversos problemas com a maioria dos professores e

principalmente com a cotep⁹ [...]“ ah, eles dizem que sou indisciplinada e a cotep acha que não estudo. Fui para a final diversas vezes e até conselho de classe porque você até estuda mas as vezes ta fazendo uma prova no dia em que apanhou e não rola, desconcentra”. (Joice 20 anos).

“perco a concentração, os tapas e as palavras horríveis vem a todo o momento em minha mente, já fui para a final de todas as disciplinas, e também para o conselho de classe” (Monique 18 anos).

Aspecto importante detectado a partir dos discursos das jovens foi que as consequências desse tipo de violência, seja o comportamento agressivo, a dificuldade de se relacionar, a falta de concentração, o baixo rendimento escolar, geram na escola a invisibilidade do problema e do aluno, além dos estigmas que lhes são imputados.

O jovem sofre portanto dupla violência: a violência perpetrada em casa e na escola. Essa violência institucional se dá a partir da não compreensão de suas atitudes na escola como reflexo da violência sofrida em casa, num processo de estigmatização e rotulação dos alunos como “problemático”, “desinteressado”, “desestimulado”, “violento”, “faltoso”.

“sim interfere [...] Ele vai ser um aluno mais agressivo há eu mesma tenho diversos problemas com a maioria dos professores e principalmente com a cotep. [...] há eles dizem que sou indisciplinada e a cotep acha que não estudo sempre faço final e vou para o conselho de classe.” (Joice,20 anos).

“Sim, brigo facilmente com professores, alunos e outros funcionários” (Monique 18,anos)

“sim, também pela falta de confiança o aluno pode ficar agressivo depende da personalidade, baixa auto estima, porque o que um aluno por exemplo que sofre violência emocional, o aluno que tem alguém na família que diz para ele que ele não vale nada não vai conseguir, ele pode ficar com isso na mente acreditando que ele não tem capacidade de chegar em algum lugar então isso pode interferir nos estudos que ele não vai conseguir chegar a um determinado lugar eu me sinto assim”.(Laisa, 19 anos)

O termo estigma foi discutido por Goffman (2008) e diz respeito a marcas depreciativas atribuídas as pessoas que estão fora dos padrões considerados normais e estabelecidos pela sociedade. Neste caso as jovens são estigmatizadas na escola por apresentar no ambiente escolar um comportamento diferente do esperado e estabelecido como norma pela comunidade escolar tornando-as desacreditadas naquele grupo.

⁹ Coordenação Técnica Pedagógica

Podemos afirmar portanto que a violência doméstica por ocorrer no ambiente privado é de difícil detecção e os agressores contam com um amigo leal, o silêncio das vítimas, que por medo, vergonha sentimento de culpa não o revelam. Por tudo isso apresenta-se invisível no ambiente escolar, mas as suas consequências são severas também nesse espaço e se materializam na evasão, na queda do rendimento escolar, nos conflitos escolares e podem levar a outros tipos de violência.

Para Soares (2005) o fenômeno da invisibilidade ocorre principalmente pelo preconceito ou pela indiferença “ uma das formas mais eficiente de tornar alguém invisível é projetar sobre ele ou ela um estigma [...]. O estigma dissolve a identidade do outro e a substitui pelo retrato estereotipado e a classificação que lhe impomos”.

É nesta perspectiva que na escola as entrevistadas têm, não só a violência que sofrem invisibilizadas, mas também a si próprias, pois a comunidade escolar não percebe estas estudantes em suas particularidades, ou seja, suas histórias de vidas, suas trajetórias permeadas pela violência doméstica. Sofrem, portanto a estigmatização de serem percebidas como indisciplinadas, arrogantes, sem dedicação aos estudos e geradoras de conflitos no ambiente escolar.

De acordo com Njaine, Minayo (2003) corrobora essas reflexões quando afirma que:

A família e a escola tem sido historicamente a base da educação das crianças, adolescentes e jovens e da inserção social deste grupo. A negação do diálogo, as formas de violência física, sexual, moral e psicológica contra esse grupo etário que ocorrem muitas vezes no âmbito intra familiar podem refletir na vida escolar sob forma de comportamentos agressivos ou mesmo apáticos dos alunos, desafiando os educadores para o enfrentamento dessa problemática.

Além de interferir no aprendizado esse tipo de violência afeta também o comportamento na escola e todas as entrevistadas afirmaram que levam para o ambiente escolar a violência sofrida o que afeta além do seu aprendizado, o relacionamento com toda a comunidade escolar.

4.8 - Estruturação da vida após a violência

A vida das entrevistadas sofre interferência cotidiana, em variados aspectos, a partir dos atos violentos sofridos no dia a dia, o que muitas vezes impele as vítimas a mudarem

alguns pontos das suas vidas. Das cinco entrevistadas apenas uma saiu da casa do agressor, em função da violência, passando a morar com a avó paterna. Outra fugiu de casa por um período, mas devido à falta de recursos financeiros teve que voltar para a casa dos pais. As demais ainda moram na mesma casa do agressor.

“Aos nove anos eu estava morando com minha mãe meu irmão e meu padrasto, sempre tive muitos problemas com ele. Ele bebe muito e usa drogas é muito agressivo com minha mãe. Eu tive muitos problemas com minha mãe ela devia apoiar mais os filhos do que ficar ao lado do meu padrasto. Assim saí de lá fui morar com minha avó paterna tive que procurar o conselho tutelar[...] Hoje me sinto livre, melhor, mais tranquila, não tem mais aquela pressão psicológica mas a revolta continua. A relação com minha mãe é sem muito afeto”(Laisa, 19 anos).

“ falar sobre minha vida hum acho que já foi pior mais ainda é ruim assim o bom é que hoje tenho vontade de estudar, pois quero ser advogada, ai meu pai vai ver[...]. (Monique, 18 anos).

“Minha vida hoje está bem, pelo menos na escola sinto-me melhor. Já não desconto nas outras pessoas a minha raiva. Vive na casa só eu e minha mãe meu pai foi embora. Eu cresci sem ter alguém para me abraçar falar que me amava, ninguém falava te amo, eu também não podia falar, minha mãe estava sempre bêbada. Ao invés dela cuidar de mim eu passei a cuidar dela, pegava ela caída na rua bêbada. Passei muita fome, as vezes ainda passo, sair para a escola sem por nada na boca...porque o dinheiro que minha mãe pega ela gasta com bebida. Hoje entendo que ela é doente”. Neste momento a entrevistada chorou e me abraçou fortemente suas mãos estavam frias.(Jamile, 17 anos).

“eu posso falar de quando perdi minha virgindade [...] eu tinha 13 anos foi com meu namorado mas depois me senti um monstro que tinha feito coisa errada ai queria morrer foi horrível. Mas eu não podia contar com minha mãe como conversar com ela . Ela estava sempre bêbada (Jamile, 17 anos).

De acordo com as falas das jovens percebemos que a violência doméstica também representa uma violência simbólica na vida das jovens. Além de percebermos fortemente a questão do gênero influenciando na determinação das vítimas de continuarem no ambiente violador, já que no papel de gênero que lhes é atribuído são dependentes economicamente dos pais, especialmente do pai, a quem devem obediência e submissão.

De acordo com Saffioti (2004, p. 44-45) a violência de gênero atinge vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos. Assim os homens no exercício da função patriarcal “detém o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas,

recebendo autorização ou pelo menos , tolerância da sociedade para punir o que lhe apresenta como desvio”.

Percebemos portanto, que as jovens em sua grande maioria permanecem vinculadas aos agressores por estes serem os que têm o poder econômico e exercem um controle sobre as mesma por serem os provedores de suas necessidades materiais.

O gênero feminino não constitui uma categoria social dominante. Independência é diferente de autonomia. As pessoas, [...] dependem uma das outras [...] na maioria das vezes o homem é o único provedor do grupo domiciliar(Saffioti, ,p.87, 2004).

Neste caso percebemos que as jovens por não terem como se manter financeiramente permanecem ao lado do agressor e também, pelos laços afetivos, com suas mães. Neste caso as jovens convivem com outro tipo de violência, pois a própria dominação constitui uma violência. De acordo com Bourdieu apud Saffioti (2004) a violência simbólica é uma violência exercida pelo estabelecimento de regras, crenças e valores obrigando o outro a consentir, pela obediência e dominação.

Outro ponto observado a partir da fala de uma das entrevistadas é que as vítimas de violência doméstica mesmo saindo do ambiente violador continuam convivendo com o sentimento de revolta. De acordo com Sacher e Minayo (2006,p.34) “Vários autores vêm associando de forma não – linear punições físicas como delinquencia por sentimentos ambíguos, confusos ou vingativos que ela gera, como ,angustia, raiva, ansiedade, medo, terror, ódio e hostilidade”.

4.9 - Conhecimento sobre as redes de proteção

De acordo com as falas das jovens, somente três das cinco entrevistadas relataram conhecer e já ter recorrido a alguma das redes de proteção contra a violência e na defesa de direitos. As demais entrevistadas conhecem superficialmente e nunca recorreram a nenhuma das instituições.

“Sim o CREAS e o Conselho Tutelar[...]Acho que o objetivo deles é muito bom mas acho que ainda tem muita burocracia que poderia ser diminuída. A justiça do Brasil é muito lenta, demora muito para resolver. No meu caso demorou muito [...] Já recorri as duas, mais ao conselho do que ao CREAS[...] Acho que a divulgação é maior pela mídia. Em santo Amaro só quando algum representante vem no colégio” (Laisa,19,anos).

“sim o conselho tutelar, e o CREAS,[...] Acho que é uma instituição que me ofereceu uma psicóloga, mais nada, além disso não vejo contribuição, o atendimento foi mais o menos. [...]A escola me encaminhou mas não fizeram muita coisa. [...] acho que é algo muito restrito”.(Jamile,17,anos)

“ Já ouvi falar mas não conheço muito não[...] Conheço esporadicamente o conselho tutelar[...] Acho que na verdade não protege, porque já precisei e não ...o acompanhamento nunca foi feito[...] A psicóloga nunca ia na data marcada, o povo do conselho tutelar fica olhando a pessoa como se a gente fosse um bicho. Fui com minha mãe umas cinco vezes mas não resolveu nada. [...] como já falei não tive retorno[...] só fiquei sabendo do conselho porque foi encaminhado daqui da escola”

Percebe-se que as jovens conhecem de forma superficial o Estatuto da Criança e do Adolescente e algumas desconhecem as redes de proteção de direitos existentes no Município e referem descrença na justiça e no sistema protetivo de direitos.

A violência doméstica só tem a possibilidade de ser reduzida se as ações de prevenção, proteção e responsabilização tiverem efetividade, e uma das formas mais eficazes da prevenção surtir efeito é a partir da informação, não só para que as vítimas conheçam seus direitos e os locais para acessá-los, mas também com o objetivo de mudar a forma como os pais tratam seus filhos e como a sociedade compactua com isso.

Para Nepomuceno (2002):

Campanhas de esclarecimento e de apoio socioeconômico às famílias, por exemplo, parecem estar na raiz da prevenção dos maus-tratos contra crianças e adolescentes. Esse trabalho, no entanto, para ser realizado, necessita de programas de geração de renda para as famílias mais pobres, além de uma rede de saúde dotada de profissionais capacitados no atendimento às famílias. Na proteção à vítima, quando o mau-trato já foi consumado, também é importante uma rede de saúde dotada de profissionais afeitos ao problema do mau-trato infantil. Para a responsabilização dos culpados, o Estatuto prevê a cominação de penas para alguns crimes sem, no entanto, prescindir da legislação penal.

Além de todas as possibilidades colocadas pela autora no enfrentamento da violência doméstica e na garantia dos direitos dos jovens é necessária a participação e o controle social nas políticas públicas para esse segmento. O atendimento também precisa ser qualificado nos órgãos que compõe o sistema protetivo de direitos, através por exemplo da qualificação de pessoal e da correção de distorções no que diz respeito mesmo ao entendimento e operacionalização do ECA. É preciso ainda que o acesso a esse sistema seja democratizado

4.10 - Importância da escola para superação da violência doméstica

Outro dado relevante no discurso das jovens é que mesmo sentindo a interferência da violência no aprendizado, elas vêem no estudo possibilidade de trilhar outro caminho diferente dos de suas mães. Percebe-se também a crença na continuidade dos estudos como fator de mobilidade social, já que vai possibilitar a saída do ambiente de violência e a conquista de uma profissão para ganhar independência financeira. Desejam para além de sair da situação de violência, ajudar suas mães. Como revelam trechos das entrevistas:

“Não eu fico muito triste, me sinto destruída como já disse, bebo, mas estudo porque quero tirar minha mãe dessa situação. Estudar é o único meio que vejo. Mas às vezes falta forças, quer dizer na cabeça, porque lembro dos nomes feios, das porradas. Tipo vagabunda, prostituta...é melhor não continuar é ruim. Agora já estou com vontade de beber” A entrevistada sorri com os olhos cheios de lágrimas e continua: “vige é muito ruim ter um pai assim[...] quero ser advogada ai meu pai vai ver”. (Monique, 18 anos).

“ não, aí mesmo é que você tem que focar dizer que vai conseguir você vai ser independente e mais para frente você não precisar mais dele do meu pai no caso”.

Assim o planejamento de ter uma vida melhor no futuro, parecem representar o desejo de romper com o ciclo da violência no âmbito familiar, e a escola aparece como um caminho para atingir esse objetivo.

Considerações Finais

A pesquisa apresentada se faz relevante nos seus objetivos e complexa no seu desenrolar. A relevância está justificada pelos poucos estudos disponíveis que tratam das consequências da violência doméstica na vida acadêmica e na sociabilidade de adolescentes / jovens estudantes. A complexidade reside na amplitude da discussão que envolve diversos conceitos e aspectos que precisariam ser analisados de forma mais aprofundada para tentar se alcançar o objetivo proposto em sua (quase) totalidade.

A reconstrução da trajetória histórica do conceito de infância e adolescência bem como do conceito de família e de violência evidenciou que estas categorias não eram reconhecidas em suas particularidades tendo seus direitos violados ao longo da história. A primeira lei específica criada no Brasil em prol de crianças e adolescente foi o código de menor em 1927, sendo na verdade uma estratégia do governo para retirar dos espaços públicos os menores indesejáveis, ou seja, representou na verdade um projeto de higienização focalizado na infância pobre, abandonada a própria sorte, sem cidadania, e considerada como marginal e delinqüente.

Assim os mesmos não tinham proteção e sim punição, pois a lei era aplicada apenas para as crianças e adolescentes pobres, abandonados e que praticaram algum tipo de delito. Tais categorias só passaram a ser reconhecida como sujeitos de direitos em 1990 a partir da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente fruto da mobilização de movimentos sociais, da sociedade civil em prol destas categorias. Tal estatuto estabelece a criação de um sistema que garante a proteção integral para todas as crianças e adolescentes sem distinção de raça, classe ou gênero.

Entretanto, percebe-se que há uma violação dos cumprimentos de tais direitos em nosso país e ainda existe uma parcela desta população excluída sem acesso a tal sistema protetivo. Foram pontuadas pelas jovens entrevistadas que as mesmas conhecem de forma superficial o Estatuto da Criança e do Adolescente e algumas desconhecem as redes de proteção de direitos existentes no Município que residem e verbalizaram descrença na justiça e no sistema protetivo de direitos.

O resgate histórico do conceito de família nos fez entender sua importância e relação com o processo de socialização dos indivíduos. A família é uma instituição social que sofre

diferentes influências sociais, políticas e econômicas de acordo com a época. Os estudos apresentados acerca da família brasileira proporcionaram perceber que esta sofreu muitas modificações ao longo de nossa história e que pode ser não só espaço de afeto e proteção, mas também de violação dos direitos dos adolescentes.

Construídas com valores morais e culturais, a família se constituiu e se remodelou em nossa sociedade ao longo dos tempos. Assim saímos de um modelo patriarcal, nuclear, monogâmico e chegamos na atualidade com diversos modelos possíveis. É nesta instituição que os adolescentes constroem boa parte de sua identidade, seus valores, a partir da socialização junto à seus pais ou responsáveis.

Os resultados evidenciados pela pesquisa aqui realizada expressam que as adolescentes/jovens entrevistadas tem suas vidas marcadas pela socialização que receberam em suas famílias confirmando que o ambiente doméstico pode, de fato, ser lócus de violência. O que vai implicar na reprodução de atos violentos em outros espaços como a escola, sendo portanto, uma das consequências da socialização violenta. Entretanto percebemos também que essas relações estabelecidas nas famílias violentas são também reflexo da violência perpetrada pelo Estado contra as mesmas famílias.

Desvendamos que as consequências da violência doméstica se apresentam de forma invisível na escola, assim como as jovens que sofrem esse tipo de violência também são invisibilizadas e estigmatizadas no ambiente escolar.

Nesse sentido é importante destacar que a vítima é violentada duplamente: pela família e pela escola, que marca como um aluno problemático, desinteressado entre outros adjetivos que só reforçam a invisibilidade e os estigmas que imputam aos jovens vitimizados.

Assim a ida a campo constituiu-se num momento de desafio que possibilitou identificar que a violência doméstica que atinge a vida dos adolescentes, na percepção dos mesmos, interfere em seus comportamentos e rendimento escolar.

Pode se considerar que a partir do ECA as crianças e adolescentes passaram a contar com uma rede de proteção através de políticas que objetivam garantir seus direitos, no entanto estes são negligenciados e violados cotidianamente tanto no âmbito doméstico como pelo próprio Estado, através por exemplo da morosidade da justiça, da dificuldade de acesso à mesma e da fragilidade de organismos que deveriam fiscalizar o cumprimento do ECA.

Acreditamos que o estudo provoca algumas reflexões para um debate: A violência doméstica pode ser combatida nas escolas? Como os profissionais da área de educação podem

enfrentar as consequências da violência doméstica? Tais indagações foram levantadas a partir do discurso das jovens entrevistadas, mostrando a necessidade de se aprofundar o estudo desse objeto pelas diversas áreas do saber.

Referências Bibliográficas:

ARIÈS, Phillippe. **História Social da criança e da família** LTC. 1978.

ARENDET, Hannah. **Da violência**: Tradução DRUMOND, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR. 14724**, Rio de Janeiro 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: elaboração Rio de Janeiro 2002.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: ética do humano** – compaixão pela terra. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BOCK, Bahia Mercês Ana. **Adolescência como construção social**: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. Disponível em: <<http://www.scielo.br> > . Acesso em 30 de novembro de 2012.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei Federal nº 8.069/1990.

BRASIL, Instituto Sangari: **Mapa da violencia** 2011

_____. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em <<http://www.direitosdacrianca.org.br> > acesso em 10 de novembro de 2012.

_____. Centro de Defesa da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<http://www.cedeca.org.br>>. Acesso em 12 de outubro de 2012.

CHIZZOTTI, Antonio: **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**, 9ª Ed. São Paulo Cortez , 2008.

CLAUDE, Lévi-Strauss. **As estruturas elementares de parentesco**: tradução de Mariano Ferreira 3ª edição, vozes, 1908.

CORVE, Manzini Lourdes de Maria. O que é cidadania: 3ª edição brasiliense, São Paulo, 2002.

DAYRELL, Tarcísio Juarez, GOMES, Lino Nilma. **A juventude no Brasil**. Disponível em:< <http://www.cmjbh.com.br> >. Acesso em 30 de novembro de 2012.

DAY PERES, Vivian et al.: **Violência doméstica e suas diferentes manifestações**, 2003.

ENGELS, Friederich. **A origem da família da propriedade privada e do estado**. SP – Escala – 1978.

FERNANDES, Florestan: **K. Marx, F. Engels, Historia**, 3 ed.1989.

FERNANDES, Alves Cleudemar: **Análise do Discurso: Reflexões introdutórias**, 2007.

FERREIRA, Kátia Maria Maia. **Violência doméstica/intrafamiliar contra Crianças e adolescentes - nossa realidade**. In:Violência doméstica contra a criança e o adolescente. Recife: EDUPE, 2002.

GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. São Paulo: Cortez, 2008.

GOFFMAN Evering, **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada,[tradução de Márcia bandeira de Mello Leite Nunes]. 4ª Ed. – Rio de janeiro: LTC, 2008.

KONDER, Leandro: **O que é dialética**, Brasiliense, 1981.

LESSA, José Silva. CEFET-BA: **Uma Resenha histórica: Da escola do mingau ao complexo integrado de educação tecnológica**. Salvador, Setembro 2002.

LOSACCO, Silva. **O jovem e o contexto familiar In**: Acosta, Ana Rojas, VITALE, Maria Amália Faller (org.). Família: redes, laços e políticas públicas. Cortez. Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP. 2005.

MINAYO, M. C. S. **Social Violence from a Public Health Perspective**. Cad. Saúde Públ. Rio de Janeiro, 10 (supplement 1): 07-18, 1999.

MINAYO, M.C.S. e ASSISG. Simone: **Saúde e violência na infância e na adolescência**, 1994.

MINAYO, M.C.S.: **A violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública**, Rio de janeiro, 1994.

_____ M. C. S. **O Desafio da Pesquisa Social**:In Pesquisa Social Teoria, método e criatividade, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MONTEIRO,de Oliveira Fernanda: **Plantão Social: espaço privilegiado para identificação/notificação de violência contra criança e adolescentes**. Disponível em: < <http://www.scielo.br/scielo.php> > acesso em 20 de março de 2011.

NASCIMENTO; BRANCHER; OLIVEIRA, **A construção social do conceito de infância**: Uma tentativa de reconstrução historiográfica. Disponível em: < <http://www.revistas.udesc.br> >. Acesso 10 de setembro de 2011

NARVAZ, Giudice Martha; KOLLER, Helena Sílvia, **Famílias e Patriarcado: da prescrição Normativa à subversão criativa**; Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2006.

NEPOMUCENO, Valéria. **O mau-trato infantil e o Estatuto da Criança e do Adolescente: os caminhos da prevenção, da proteção e da responsabilização.** In: Violência doméstica contra a criança e o adolescente. Recife: EDUPE, 2002.

ODALIA, Nilo: **O que é Violência**, São Paulo: Brasiliense, 2004 – Coleção primeiros passos.

OLIVEIRA, Moura Luiza **Atenção a Mulheres, Crianças e Adolescentes em Situação de Violência: Redes de Atenção – A Experiência de Goiânia** in: **Violência Faz Mal à Saúde - Brasília**, Ministério da Saúde, 2006.

OLIVEIRA, Souza de Claudete. **Conceituando as juventudes** in: **Contratempos? Juventude, segurança e paz, redes Brasileira de Instituto de juventude**, 2009.

PEREIRA, Oliveira Beatriz & SILVA, Lossi Angélica Marta: **A violência como fator de vulnerabilidade na ótica de adolescente escolares**, São Paulo, 2008.

QUARESMA, Jurema Silva , BONI, Valdete: **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**, 2005.

SARTI, Andersen Cynthia, **Famílias enredadas.** In: Acosta, Ana Rojas, VITALE, Maria Amália Faller (org.). **Família: redes, laços e políticas públicas.** Cortez. Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP. 2005.

____Andersen Cynthia, **A Família como Espelho:** Capítulo três: São Paulo Cortez 2011, 7ª Ed.

SAFFIOTI, Hleieth Iara Bongiovani: **Gênero, Patriarcado, Violência** – São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004. p.85 - 94.

SAFFIOTI, H. **A Síndrome do Pequeno Poder.** In: AZEVEDO, M. A e AZEVEDO, V. N. (orgs.) **Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder.** São Paulo, Iglu, 1989, p. 13-21.

SALES, Mione Apolinario. **Invisibilidade Perversa: Adolescentes infratores como metáfora da violência**, capítulo I, II e III, São Paulo Cortez, 2007

SZYMASKI, Heloiza, **Ser criança: um momento de ser humano** In: Acosta, Ana Rojas, VITALE, Maria Amália Faller (org.). **Família: redes, laços e políticas públicas.** Cortez. Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP. 2005.

SANCHEZ, Niskier Raquel, Minayo, M.C.S. **Violência contra Crianças e Adolescentes: Questão Histórica, Social e de Saúde** in: **Violência Faz Mal à Saúde – Brasília**, Ministério da Saúde, 2006.

SOARES, Luis Eduardo: **Cabeça de Porco: Invisibilidade e Reconhecimento.** Objetiva, Rio de Janeiro, 2005.

TORRES, Raquel, **Violência e Saúde:** p. 2 -5, 2 010

VINAGRE, Marlise, PEREIRA, Tania Maria Dahmer, **Ética e Direitos humanos**: Conselho federal de Serviço social – CEFESS. Gestão 2005 -2008.

WEISHEIMER, Nilson **“A construção social da Juventude”**. In sociologia da juventude. Org Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) – Curitiba, 2009.

Questionário aplicado

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Roteiro de entrevista Semi - estruturada

Nome da Entrevistadora _____

Data da entrevista _____ Horário do Início _____ E Término _____

IDENTIFICAÇÃO

Idade _____ Sexo _____ Estado civil _____

Curso _____ Período _____ Turno _____

Cidade: _____

Com relação a cor raça como você se classifica:

Branca Preta Parda Indígena outros

Informações sócio- econômicas

Renda familiar mensal em salários mínimos:

Até um salário mínimo entre 1 e 2 salários mínimos

Entre 2 e 3 salários mínimos 3e 4 salários mínimos Acima de 4 salário mínimos

Com quem você reside? _____

1º - Sobre violência doméstica:

A) Para você o que é violência doméstica?

B) Você já sofreu ou sofre violência doméstica? Se sim que tipo? Quem foi o(a) agressor(a)?

C) Há outras pessoas na sua família que sofrem violência doméstica? Se sim, quem?

2º - Sobre consequências da violência doméstica

A – Em sua opinião quais as consequências da violência doméstica para os adolescentes?

B – Você acha que a violência doméstica pode interferir:

B1- No rendimento escolar/aprendizagem?

() sim () não

Se sim, de que forma:

B2- No comportamento na escola?

() sim () não

Se sim, de que forma:

B3- Na relação com as pessoas?

() sim () não

Se sim, de que forma:

3º - Sobre redes de proteção

A) Você conhece alguma instituição de proteção aos adolescentes contra a violência doméstica?

() sim () não

Se sim qual/quais?

B) O que você acha das instituições de proteção aos adolescentes contra este tipo de violência?

C) Você já recorreu a alguma destas instituições de proteção?

() sim () não

Se sim qual/quais?

D) Você acha que há divulgação destas instituições e de suas atribuições?